

DESEMBRULHANDO A DESTRUIÇÃO: QUAL BRASIL DEPOIS DESSES QUATRO ANOS?



JORNAL CONECTANDO
SABERES

PET DIVERSIDADE E TOLERÂNCIA
31ª EDIÇÃO
ANO XII - JULHO/2023

pet
diversidade
& tolerância





Coordenação e Revisão Textual:

Alessandra Gasparotto

Redação:

Anderson Roberto Cruz da Silveira

Carlos Eduardo Silva Ferreira

Dulcinéia Esteves Santos

Giovana Pozza

Herison de Carvalho Silva

Luan Lucas Valins da Silveira

Luiza de Oliveira Maciel

Robson Rodrigues da Silva Junior

Projeto Gráfico,

Diagramação e infográfica:

Carlos Eduardo Silva Ferreira

Herison de Carvalho Silva

Luan Lucas Valins da Silveira

Robson Rodrigues da Silva Junior

Capa:

Herison de Carvalho Silva

Colaboração:

Janaina da Silva Guerra

Olá, caros/as leitores/as!

Apresentamos para vocês a 31ª edição do Jornal Conectando Saberes, nesta edição, com o título "DESEMBRULHANDO A DESTRUIÇÃO: QUAL BRASIL DEPOIS DESSES QUATRO ANOS?" portanto, é possível imaginar quais temas serão abordados ao longo das páginas seguintes.

Trabalharemos conteúdos relacionados às principais áreas de atividade do Estado, visando realizar uma análise das políticas públicas do governo derrotado nas últimas eleições.

Quais são as extensões práticas das atividades dos Ministérios do Meio Ambiente, Educação e Saúde?

Estamos longe de termos respostas definitivas, mas podemos com certeza indicar direções que carecem de atenção emergencial mediante os resultados aqui expostos.

Aproveitem !!!

Agradecimentos

A Lorena Almeida Gill

O Jornal Conectando Saberes, em nome de todos os membros do PET Diversidade e Tolerância, agradece aos anos de dedicação e empenho, apoio, orientação e diligência que você demonstrou ao longo dos anos em que atuou como nossa Tutora. Como Tutora, você nos incentivou a explorar novas perspectivas, a abraçar nossas diferenças e a lutar pela igualdade e inclusão em nossa comunidade, nos ajudou a ver que a Universidade deve ser ambiente inclusivo onde todos/as tenham direitos e condições de lutar igualmente.

Mais uma vez, em nome de toda a equipe do PET Diversidade e Tolerância, gostaríamos de expressar nossa mais profunda gratidão e desejamos muito sucesso neste novo momento de sua caminhada. Esperamos que você continue a espalhar sua sabedoria e paixão pelos valores que tanto prezamos.

A Luana Durante Oliveira e Liésia Bubolz Rutz

Queridas Luana e Liésia, é com grande alegria que o PET DT comemora o resultado de todo o esforço e dedicação que vocês investiram em seus estudos e nesta árdua trajetória que é a Universidade. A jornada acadêmica é repleta de desafios, mas vocês perseveraram e alcançaram esse marco significativo em suas vidas. Ficamos muito felizes pelas conquistas de vocês, voem, e quanto mais longe tiverem, tenham a certeza que o PET Diversidade e Tolerância seguirá olhando e torcendo por vocês! Desejamos a vocês, Queridas Colegas, um futuro brilhante e repleto de realizações. Que vocês encontrem felicidade e satisfação em suas carreiras, e que continuem a crescer pessoal e profissionalmente. Obrigado por terem feito parte desta família, vocês sempre serão motivo de orgulho e inspiração para este Programa. Com carinho, e admiração, PET Diversidade e Tolerância.

A Assucena Saldanha Maia Silvano e Fernanda Santana dos Santos

Queridas Assucena e Fernanda, o caminho de vocês seguiu para traçar voos maiores, cada vez mais brilhantes e inspiradores. Agradecemos pela amizade, pelos sorrisos trocados no nosso dia a dia e a cumplicidade que a trajetória de vocês junto ao PET DT trouxe a todos/as nós. Agradecemos pela colaboração e pelo companheirismo demonstrados ao longo de nossa jornada conjunta. Juntos/as, superamos desafios acadêmicos e pessoais, aprendendo uns/umas com os/as outros/as e fortalecendo nossas habilidades e conhecimentos, já que esse é o objetivo desse Programa ao qual vocês lindamente representaram. O PET Diversidade e Tolerância deseja que neste novo período de suas trajetórias, tenham cada vez mais sucesso, que a vida sempre lhes abram portas para a felicidade e suas realizações sejam constantes. Embora a despedida seja inevitável, lembrem-se de que os laços que construímos transcenderão a distância física. Seguiremos sempre aplaudindo suas conquistas e desafios vencidos, pois estaremos sempre disposto a oferecer nosso apoio e incentivo. Que sejam sempre muito felizes nessa jornada da vida.

Com carinho, PET Diversidade e Tolerância.

Como forma de entender como a Universidade passou este complexo período de cortes e retrocessos, o PET Diversidade e Tolerância enviou perguntas à PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - para compreender como esta Pró-Reitoria trabalhou com a difícil realidade posta às Instituições Brasileiras

Perguntas gentilmente respondidas por Janaina Guerra/PRAE

De que maneira os cortes que a UFPEL sofreu durante o governo Bolsonaro impactaram na manutenção de sua estrutura e na assistência estudantil?

A Assistência Estudantil, desde o golpe de 2016 e a retomada da avalanche neoliberal com toda força, tem sido uma das políticas de permanência que mais tem tido instabilidade. Afinal, a democratização do ensino superior tanto no que se refere ao acesso quanto a permanência, não foi prioridade dos dois últimos governos, como era de se esperar. No governo Bolsonaro tivemos uma redução de cerca de 12% no orçamento da educação superior em comparação aos 4 anos anteriores. No Decreto 11.216, publicado no dia 30 de setembro e que altera o Decreto nº 10.961, de 11/02/2022, os bloqueios foram de R\$ 328 milhões para as universidades federais. Obviamente que isso gerou, principalmente, atrasos nos repasses do PNAES para as IFES e, conseqüentemente delas para os(as) estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, gerando inseguranças e instabilidades, ainda mais para os(as) que são oriundos(as) de outros municípios e Estados. Diante disso, a gestão da UFPEL priorizou o pagamento dos programas da Assistência Estudantil, mas passamos esses últimos anos trabalhando com o básico, sem poder contar com orçamento necessário para a ampliação da Assistência para outras frentes demandadas pelos(as) estudantes.

Qual o perfil do/a estudante que possui o direito em residir na Casa do Estudante (CEU) e como funciona o processo seletivo?

Todos(as) estudantes devem comprovar situação de vulnerabilidade social para acessar aos programas por meio de Edital. Para àqueles programas que não tem limite de vagas, qualquer estudantes que comprove tal situação mediante avaliação da documentação de renda e despesas fixas familiar e situação de doença, por Assistente Social do quadro, e tenha renda per capita familiar mensal de até 1,5 salário mínimo tem direito garantido. Para programas com limite de vagas, como os de moradia, é realizada uma análise comparativa entre todos(as) que pleiteiam o programa e é contemplado(a) o(a) que apresentar maior situação de vulnerabilidade.

Quais são as assistências estudantis que a PRAE fornece aos/as estudantes em vulnerabilidade social?

A Assistência Estudantil é política de permanência cujo orçamento é garantido pelo PNAES. A política é descentralizada, portanto, cada IFES tem autonomia de construir programas estudantis de acordo com o perfil de seus/suas estudantes e território. Ultimamente a PRAE oferece os seguintes programas: Auxílio Alimentação (RU's), Auxílio Transporte (municipal), Auxílio Deslocamento (intermunicipal), Auxílio Moradia (valor mensal depositado na conta corrente do(a) estudante para contribuir no custeio de aluguel), Moradia Estudantil (Casa do Estudante), Pré-escolar (para estudantes pais e mães com filhos(as) de até 5 anos e 364 dias de idade), Instrumental Odontológico (material para aulas práticas de estudantes da Odontologia), Auxílio Eventos, e Programa de Acompanhamento Socio psicopedagógico. Além do Programa Bolsa Permanência para estudantes Indígenas e Quilombolas, que não é financiado pelo PNAES, mas tem cuja UFPEL é responsável por sua operacionalização.

Quais as assistências estudantis que os Quilombolas e Indígenas ao ingressarem na UFPEL tem direito?

Todos os programas já mencionados, além de uma Casa do Estudante específica para indígenas e quilombolas.

Como funciona o processo seletivo para ingresso na Ufpel de Indígenas e Quilombolas?

Anualmente a UFPEL realiza Processo Seletivo Especial para ingresso de estudantes indígenas e quilombolas, onde são reservadas algumas vagas para além das disponibilizadas para outros processos seletivos da instituição e o SISU/ENEM. Este processo é de responsabilidade do Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade da Coordenação de Diversidade e Inclusão. Durante o período de Edital os(as) estudantes interessados preenchem formulário de inscrição e, em dias pré-determinados, comparecem à UFPEL para uma prova de redação do memorial descritivo e uma prova oral na presença de uma banca de heteroidentificação, onde precisam defender seus memoriais descritivos. Geralmente o processo tem duração de dois dias.



Janaina da Silva Guerra

Núcleo de Serviço Social
Pró-Reitoria de Assuntos
Estudantis

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (2005), Mestrado em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (2010) e, desde 2021, está cursando o doutorado em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas. Desde 2010 é Funcionária Pública da Universidade Federal de Pelotas, no cargo de Assistente Social, lotada na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, atuando na garantia de acesso e permanência através da política de ações afirmativas e programas estudantis da instituição.



Pró-Reitoria
de Assuntos Estudantis

O Desmanche das políticas públicas para mulheres: corte de verbas e falta de assistência governamental

Luan Lucas Valins da Silveira

"Ele [o marido] me batia com frequência, mas a pior agressão aconteceu quando eu estava dormindo. Ele disparou uma arma de fogo contra mim, me deixando paraplégica. Fiquei meses no hospital, passando por cirurgias e lutando pela minha vida". Este trecho, retirado do livro "Sobrevivi.. posso contar" escrito por Maria da Penha Maia Fernandes, uma ativista dos direitos das mulheres neste país, retrata a violência proferida à ela pelo seu então marido – em 1983 – ela sofrerá duas tentativas de homicídio – hoje caracterizado como feminicídio. O caso teve repercussão tão grande que o Brasil foi julgado – em 2001 – e condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos por omissão e tolerância em relação à violência contra a mulher. Isso se deu pois o criminoso foi julgado duas vezes, mas só foi punido 19 anos após os atos e mesmo assim, ficou preso por apenas dois anos. Apenas em 2006, o Congresso Nacional aprova a Lei número 11.340/06, a qual ficou amplamente conhecida como Lei Maria da Penha. Esta lei é um marco para todas as mulheres deste país, visto que representa passo relevante na luta contra a violência doméstica e respeito à vida das mulheres.

Contextualizando

...

A Lei Maria da Penha, oficialmente conhecida como Lei nº 11.340/2006, é uma legislação brasileira que visa combater a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Ela foi nomeada em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher que sofreu violência doméstica por parte de seu marido e se tornou um símbolo na luta contra a impunidade desses crimes.

O machismo é um problema social grave que afeta muitas sociedades ao redor do mundo. Ele se manifesta de várias formas, incluindo a discriminação contra mulheres, a desigualdade de gênero e a violência de gênero. Essa prática sempre esteve presente na nossa sociedade, e quanto mais voltamos na nossa história, com mais atos e atitudes machistas conseguimos nos deparar.

Este anúncio da empresa de eletrodoméstico EPEL amplamente veiculado na mídia em 1947, sugere que os trabalhos domésticos são de cunho exclusivo das mulheres, sendo uma das diversas propagandas sexistas que podemos encontrar na história deste país – e do mundo. Essa discriminação visa a exclusão de mulheres em certos setores da sociedade, como política e negócios, bem como salários mais baixos para mulheres em comparação com homens em posições semelhantes. Felizmente, em junho de 2023, foi aprovado no Senado Brasileiro, Projeto de Lei que reforça igualdade salarial entre homens e mulheres. Com esse projeto, esperasse fundamentar na legislação a importância e obrigatoriedade de homens e mulheres receberem salários iguais para mesmas funções.

ASSIM, A VIDA É MELHOR

LIQUIDIFICADOR ELÉTRICO PARA FRUTAS E LEGUMES

BATEDEIRA ELÉTRICA VÁRIOS TAMANHOS

ERULIDOS ELÉTRICO EPEL NOSSA FABRICAÇÃO

CHUVEIRO ELÉTRICO EPEL NOSSA FABRICAÇÃO

RÁDIOS DE TODOS OS TIPOS PARA TODOS OS PREÇOS

ENCERADORA ELÉTRICA EPEL ECONOMICA PRÁTICA LEVE E DE ACABAMENTO PERFEITO

Aparelhos elétricos de real utilidade para o conforto das donas de casa

PREÇOS ESPECIAIS PARA OS REVENDEDORES

INDÚSTRIAS REUNIDAS INDIAN EPEL LTDA.
LARGO SÃO BENTO 20 • FONE 2-1724

A MARCA QUE RESPONDE PELA EFICIÊNCIA DOS SEUS PRODUTOS O A PARTIDA PELA FABRICA

Em uma reportagem de outubro 2016 da BBC Brasil, encontramos a seguinte manchete: ***Brasil levará 95 anos para alcançar igualdade de gênero, diz Fórum Econômico Mundial***. Mas, apesar desse título nada animador, diversas políticas foram lançadas pelos governos da época - e anteriores - que visavam atingir esses objetivos, como, por exemplo, o fomento da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Esta secretaria entregou, em 2013, sob incentivo do Governo Federal, uma nova edição do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Este plano, conforme palavras da própria secretaria, fazia parte de um contexto político inédito no Brasil, que foi o governo da primeira mulher Presidente do Brasil, Senhora Dilma Rousseff, que insistentemente reafirmava a prioridade da equidade de gênero em seu governo. A secretaria na qual este plano foi fundamentado foi criada em 2003 e trouxe contribuições efetivas para a consolidação das políticas públicas de gênero, destacando a efetiva transversalidade de gênero nas políticas interministeriais. Entre os objetivos que esta secretaria ansiava atingir e debater estavam: autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios oferecidos pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

Mas por que é tão importante valorizar investimentos e políticas que visem desenvolver os direitos das mulheres?

Muito se andou neste sentido, uma prova disso foi trabalhada na pesquisa “Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesta pesquisa, foi possível apurar - entre outras coisas - que em uma população de 25 anos ou mais, 19,4% das mulheres e 15,1% dos homens tinham nível superior completo em 2019. A parcela da população com instrução vem avançando, mas as mulheres se mantêm nos últimos anos com maior grau de instrução. Este dado é muito relevante pois a única faixa etária em que há mais homens que mulheres com ensino superior é aquela acima dos 65 anos ou mais, o que mostra as restrições do acesso à educação em décadas passadas, conforme apontado pelo IBGE.

Contextualizando

...

A Discriminação contra mulheres refere-se ao tratamento injusto, desfavorável ou preconceituoso direcionado especificamente às mulheres com base no gênero. Isso pode ocorrer em diversas esferas da vida, como educação, trabalho, acesso a serviços e oportunidades, remuneração e representação política.

Já desigualdade de gênero se refere a uma disparidade sistemática de poder, recursos, oportunidades e direitos entre homens e mulheres em uma sociedade. A desigualdade de gênero é estrutural e permeia diversas áreas, como educação, trabalho, saúde, política e cultura. Ela se manifesta na falta de igualdade de salários, acesso limitado a cargos de liderança, divisão desigual de tarefas domésticas, estereótipos de gênero e normas sociais que restringem as oportunidades das mulheres.

Enquanto que a violência de gênero (em sua contextualização ampla) refere-se à violência direcionada a uma pessoa com base em seu gênero, geralmente perpetrada por homens contra mulheres. Ela inclui uma variedade de formas de violência, como violência doméstica, agressão sexual, estupro, assédio sexual, exploração sexual, mutilação genital feminina e casamento forçado. A violência de gênero é uma manifestação extrema da desigualdade e discriminação contra as mulheres e tem consequências graves para sua saúde física, mental e emocional.

Contextualizando

...

No contexto do governo brasileiro, o "toma lá, dá cá" é uma expressão empregada para a negociação entre o Poder Executivo (representado pelo presidente ou ministros) e o Poder Legislativo (deputados e senadores), a qual ocorre com o objetivo de obter apoio parlamentar para aprovar projetos de lei, medidas provisórias ou outras decisões importantes. Nesse sistema, o governo oferece cargos em ministérios, órgãos públicos ou empresas estatais, liberação de recursos para emendas parlamentares, benefícios para as bases eleitorais dos políticos, entre outros favores, em troca do apoio dos parlamentares nas votações. E de acordo com a informação trazida neste artigo, a verba usada para esse esquema foi retirada da Pasta das Mulheres.

Ações como essas – ou seja, de igualar gênero em todos os aspectos – são relevantes pois estudos e pesquisas mostraram que, em média, pessoas com ensino superior tendem a ter uma renda maior em comparação com aquelas sem esse nível de educação no Brasil. Ao encontro disso, a pesquisa "Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2019", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, mostrou que a renda média de pessoas com ensino superior completo era cerca de três vezes maior do que daquelas com ensino médio completo. Na questão das mulheres e igualdade de gênero isso é muito importante, pois aumentar o acesso das mulheres ao ensino superior, faz com que elas tendam a ter renda maior. Ter uma renda maior, de acordo com o estudo "The Effect of Women's Economic Power in Latin America and the Caribbean", significa um aumento na autonomia econômica das mulheres, o que gera uma diminuição na violência de gênero. Além disso, de acordo com relatório de 2010 do Banco Mundial, a renda feminina no mercado de trabalho contribuiu em 30% para a redução da pobreza extrema na América Latina e no Caribe. Com todos esses dados apresentados, fica comprovado que políticas que trabalhem como a inserção da mulher tanto no mercado de trabalho quanto no fomento na constante qualificação feminina são atribuições de toda a sociedade, mas mais veementemente trabalhada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, mostrando a importância das ações propostas por esta secretaria. Durante o governo anterior, o governo federal deixou de aplicar quase R\$ 400 milhões no combate à violência, incentivo à autonomia e saúde das mulheres, retirando valores da pasta da Secretaria das Mulheres. De acordo com o Jornal Folha de São Paulo (reportagem de setembro/2022 disponível em <https://folha.com/2075b4pv>), o valor não utilizado pelo governo federal para o combate à violência, incentivo à autonomia e saúde feminina, poderia ter sido usado para várias iniciativas importantes. Por exemplo, seria suficiente para pagar o auxílio emergencial às mães chefes de família por um ano, beneficiando 84 mil mães, construir, equipar e manter funcionando por 50 anos uma Casa da Mulher Brasileira ou imunizar com duas doses, quatro vezes, toda a população feminina de São Paulo. As razões pelas quais esses valores não foram utilizados são incertas, mas é sabido que quando um valor destinado a uma pasta não é utilizado, este valor volta para o caixa único e pode ser destinado a outros fins. Segundo o próprio jornal, é possível que esses recursos tenham sido utilizados para fomentar o "toma lá dá cá" que sustentava o apoio do Centrão ao então presidente da República. A falta desses investimentos impediu que o Governo Federal entregasse e equipasse a Casa da Mulher Brasileira, um projeto público destinado a integrar diferentes serviços especializados para atender mulheres em situação de violência. Essa iniciativa foi criada para facilitar o acesso das mulheres a medidas de proteção e combate à violência, promovendo o empoderamento feminino e a igualdade de gênero. Sem essa iniciativa, mulheres vítimas de violência não tinham referência de acolhimento e suporte quando eram vítimas de violações.

Isso é particularmente preocupante porque foi durante este (des)governo que o país enfrentou a pandemia de COVID-19 e, nesse período, as famílias passaram a conviver mais tempo no ambiente doméstico, aumentando a insegurança e a tensão em termos econômicos, de saúde e relacionais. Isso resultou em um aumento da violência doméstica, que tomou proporções alarmantes. (Souza & Farias, 2022). A questão da violência doméstica é uma problemática de responsabilidade pública, a omissão do então governo em um tema tão sensível e relevante, mostra a frequente tentativa de desmonte das políticas públicas e sociais neste país naquele período.

Negar ações que impactam diretamente na sobrevivência de mulheres vítimas de violência doméstica, é negar que a violência exista, é fechar os olhos para as manchetes dos jornais que trazem que o “Brasil registra pico de feminicídios em 2022, com uma vítima a cada 6 horas” (Carta Capital 03/2023). Outrossim, fomentar em um país ainda não estruturado para isso, políticas neoliberais que tem como consequência a destruição de investimento nas áreas sociais e de políticas públicas torna-se fator propulsor da violência de gênero no Brasil, o maior exemplo disso fora o antigo governo, visto que nele, as políticas destinadas às mulheres nunca foram prioridade. Uma prova disso, é a escolha do executivo para o “comando” do então Ministério dos Direitos Humanos, onde a pastora escolhida para liderar a Pasta, em uma oportunidade disse: “Sabe por que elas [as feministas] não gostam de homens? Porque

“A violência doméstica envolve uma construção social desenvolvida na sociedade de origem machista e patriarcal que, no Brasil, se desenvolve desde o processo de colonização.”

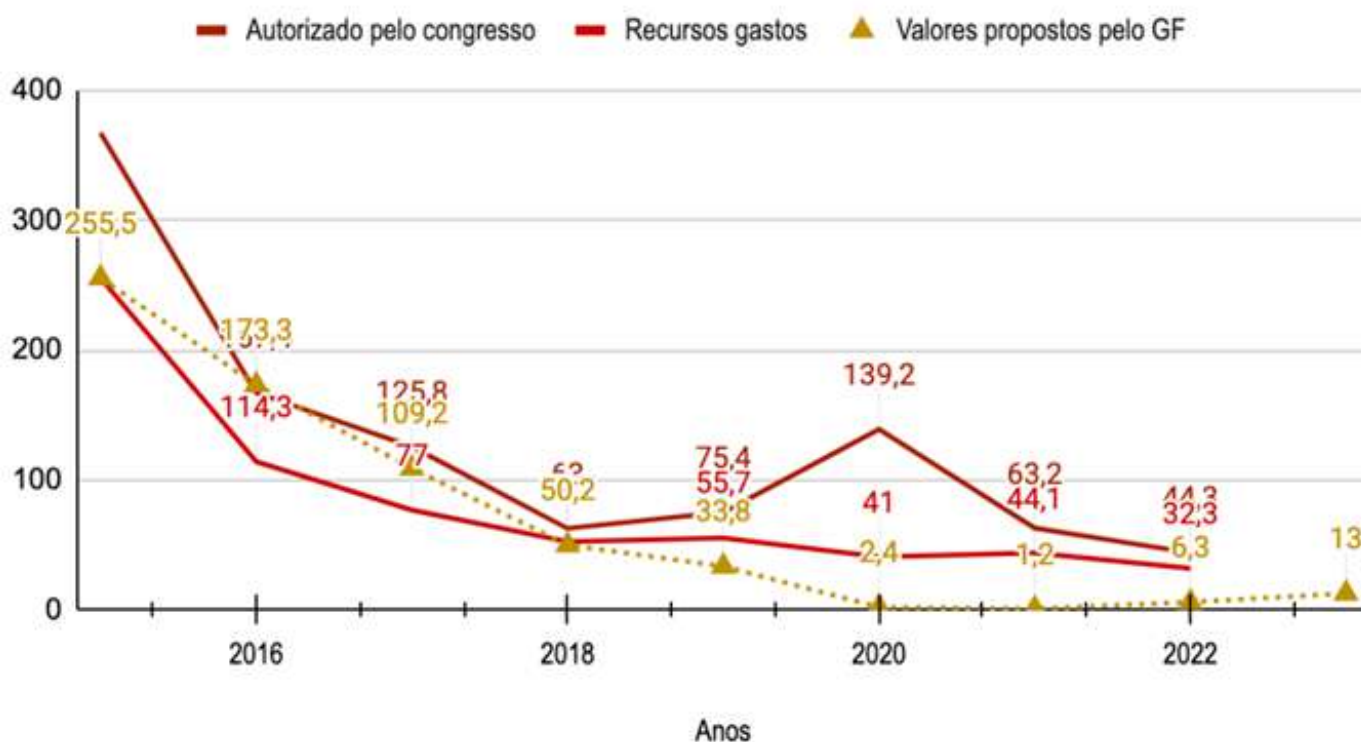
Souza, L. D. J., & Farias, R. D. C. P. (2022)

são feias e nós somos lindas”, onde claramente desvalorizava a importância de um movimento que luta pelos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero, incluindo a luta contra a discriminação, a desigualdade salarial, a violência de gênero, o assédio sexual e outras formas de opressão que afetam as mulheres. Ao lutar contra essas formas de opressão, o movimento feminista busca criar um mundo mais justo e igualitário para as mulheres. Desmerecer essas lutas é ir contra qualquer forma de respeito e luta pela dignidade da vida da mulher. A escolha desta figura para esse ministério, além de mostrar a total imperícia do então chefe do executivo para o comando de pautas como essa, mostra que este também foi conivente com esse desrespeito, visto que mesmo após essas falácias, Damares seguiu profanando e desrespeitando as mulheres deste país. Ainda com o cenário assustador de violências vividas pelo então governo, algumas medidas foram criadas, como por exemplo a Lei 14.267 de 2020, a qual tinha a missão de ampliar durante a pandemia a divulgação do Disque 180 nas redes sociais e nas mídias, porém essa tentativa de ascender importante mecanismo de defesa e proteção das mulheres foi em vão, visto que apenas a divulgação não foi suficiente. Com os intensos cortes neste segmento, o atendimento das mulheres vítimas de violência ocorria de forma precária. Outro ponto é que mais de 85% dos investimentos disponíveis para o combate à violência e as políticas voltadas para as mulheres foram destinados apenas ao fomento das centrais telefônicas do Ligue 180, sobrando pouquíssima verba para ser distribuída para as demais pautas a serem direcionadas. Além disso, cada vez mais vemos mulheres negras vítimas deste tipo de violência. No entanto, muitas vezes as denúncias realizadas por mulheres pretas eram desacreditadas. Isso não só não combate a violência, como também contribui para o aumento do número de feminicídios dessas mulheres. Essa ação é tão impactante que, de acordo com o Atlas da Violência do Ipea, o número de homicídios contra mulheres negras aumentou 29,9%, enquanto o de mulheres não negras cresceu menos de 2%.

Outra problemática envolvida neste ponto é que o governo Bolsonaro não via a pauta da mulher de forma individual e colocava as políticas das mulheres no guarda-chuva das políticas das famílias, o que não permitia um olhar minucioso e especial sobre as necessidades específicas das mulheres. Isso foi totalmente contrário ao que se vivia neste país, visto que a pauta “família” muitas vezes engloba a pauta “mulheres”, mesmo que sejam segmentos com necessidades diferentes.

Outro ponto predominante neste governo que serviu para impulsionar os desmontes foi o fato de que o governo sempre insistiu em ver a mulher como parte de uma família cis, heteronormativa, com o padrão homem, mulher e crianças. No entanto, essa visão não representa a realidade do Brasil atual e, portanto, políticas públicas que se baseiam nessa perspectiva são insuficientes para atender às demandas da população feminina de forma efetiva. Ainda, também não foi realizada a Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, um evento importante no calendário brasileiro para definir políticas públicas voltadas para as mulheres. A conferência reúne mulheres de todo o país a cada três anos para discutir as políticas públicas que afetam suas vidas e formular recomendações para o governo brasileiro. Infelizmente, foi deixada de lado pelo governo anterior. A falta de ações específicas para as mulheres mostra que o governo Bolsonaro não governou para o país como um todo, mas sim para um seleto grupo de brasileiros. Sempre que se falava em políticas para as mulheres, Bolsonaro insistia em ligá-las à pauta da família, que segundo a definição do então presidente, era composta por pai, mãe e filhos. Isso não refletia - não reflete - a realidade do Brasil, já que apenas 40% das famílias brasileiras seguem esse modelo tradicional. As ações para atingir os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável também foram ignoradas pelo governo.

Orçamento de Políticas de Enfrentamento à VCM



O gráfico do Centro Feminista de Estudos e Assessoria mostra que o orçamento para o combate à Violência Contra a Mulher (VCM) caiu de 33,8 milhões para 2,4 milhões a partir do governo Bolsonaro. Dados do Insec com base no Portal Siga Brasil.

Como um simples exemplo final, uma vez que a autonomia da mulher fica de lado nas políticas públicas do Estado, esta mulher passa a depender de uma terceira pessoa e isso, de acordo com o estudo - "The Effect of Women's Economic Power in Latin America and the Caribbean" - já citado neste artigo, corrobora para o aumento da violência de gênero no Brasil. Logo, direta e indiretamente, além de corroborar com o desmanche das políticas assistenciais direcionada às mulheres no Brasil, o governo Bolsonaro impulsionou a violência doméstica no território nacional.

Violência contra a mulher nos quatro anos de Bolsonaro

Giovana Pozza

Em 2022, os números de violência contra mulher no Brasil chegaram em torno de 50.962 vítimas; nestes números estão incluídos casos de violência física, verbal, moral, sexual e psicológica. Esses números apontam que a prevalência de violência ao longo da vida é maior em mulheres pretas (48%), com grau de escolaridade até o Ensino Fundamental (49%), com filhos (44,4%), divorciadas (65,3%) e na faixa etária de 25 a 34 anos (48,9%) - dados do Jornal Folha de São Paulo (13 de julho de 2022).

Segundo o INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos), em 2022 o orçamento para as políticas de proteção para a mulher foi o menor nos últimos 4 anos, uma vez que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro cortou 90% da verba destinada às tais políticas.

Em fevereiro de 2022, com o início do isolamento social por conta da pandemia do COVID-19 que durou até 22 de abril de 2022, muitas dessas mulheres estiveram isoladas com o seu agressor, desempregadas ou em vulnerabilidade, deixando tais mulheres completamente nas mãos destes. Ou seja, durante os 4 anos do governo muitas mulheres ficaram totalmente vulneráveis e à mercê das violências, dificultando suas denúncias. Muitas vítimas de violência para conseguir denunciar ligavam para a polícia fazendo pedidos de comida. Um caso muito famoso foi o de uma mulher no Pará que ligou para o 190 pedindo um açaí, pelas respostas dela, secas e diretas, a atendente entendeu que se tratava de um pedido de socorro.

Tornou-se comum esse tipo de denúncia pela dificuldade da vítima em se afastar do agressor.

Diante de todas essas dificuldades, outro ponto a se destacar é o movimento ultraconservador que se disseminou no país, com discursos de ódio e com falas minimizando a violência, tanto do ex-presidente, quanto da ex ministra da mulher, família e direitos humanos e agora senadora Damares Alves (Republicano). Falas sexistas que reforçam o discurso de inferiorização; como o ato da própria então ministra de tentar impedir meninas estupradas de realizarem aborto dentro da lei. Durante o governo Bolsonaro, ocorreram liberações para a compra de armas de fogo, com uma flexibilização para aquisição das mesmas.

De acordo com o Portal G1 (24 de março de 2022) aumentou em 7 vezes o número de brasileiros com autorização para porte de arma, esse número pulou para mais de 695 mil durante o governo Bolsonaro. Com todos esses dados, é nítido ver o porquê do grande crescimento da violência contra a mulher durante esses 4 anos; cada passo tomado criou um país inóspito para ser mulher. As ameaças encontravam-se armadas, muitas mulheres isoladas e vulneráveis e leis de proteção enfraquecidas, quase sem investimento, levando a diminuição de profissionais para atuar, além da pouca capacitação e conscientização sobre o que estava ocorrendo.

Com tudo que ocorreu é de extrema importância recuperarmos o investimento nas políticas de proteção a mulher e a retirada de flexibilização das armas de fogo, e ainda mais a independência da mulher em poder ter autonomia e ter o controle de sua vida.

No atual governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), foi retomada a pasta da secretária da mulher dirigida por Aparecida Gonçalves (PT). A expectativa é de uma retomada de políticas públicas efetivas de proteção e conscientização para a população.

Segundo Cíntia Liara Engel publicado em 2015, onde ela analisou dados dos anos de 1995 a 2015, os tipos de violência são os mais diversos e pode-se caracterizá-los como:

- Não letais: Se caracteriza por aquela que não chega a levar a vítima a óbito; em 2009 1,3% das mulheres entrevistadas afirmaram ter sofrido em algum momento;
- Violência sexual: 4% das entrevistadas relataram ter sofrido pelo menos algum tipo de importunação sexual, que se caracteriza por qualquer ato/fala de cunho sexual onde o objetivo é de satisfazer desejo sem conscientização da vítima;
- Discriminação: É qualquer julgamento que leva em consideração o gênero da pessoa, no caso das mulheres, 2,61% das entrevistadas relataram ter sofrido.
- Homicídios: No caso em questão é denominado feminicídio, quando a tentativa ou a morte ocorre por conta de o indivíduo ser do gênero feminino.

- Suicídio entre mulheres: Mulheres que estão em sofrimento por algum tipo de violência podem acabar cometendo suicídio devido à exaustão física e emocional das condições /traumas vividos.

Dentre todos os tópicos destacados pela autora, observa-se que o número pode ser maior, ou seja, de mais vulnerabilidade devido aos seguintes fatores: Mulheres negras, menor de 18 anos, sexualidade, baixa escolaridade, desemprego, com filhos, região do Brasil em que vive, classe social. Porém, não é a regra que pode ocorrer oscilações.

“Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas.”

-Audre Lorde

Telefones para denúncia:

180- Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (válido em todo o País);

32794240- Centro de Referência de atendimento à Mulher;

33108181- Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.



Figura de fundo : Representação da cultura dos povos originarios
Fonte: https://www.greenpeace.org/static/planet4-brasil-stateless/2023/05/ae2afd2b-unknown_341867849_890320602072758_1273796310588376935_n-1024x1024.jpg

QUAL LEGADO VOCÊ QUER DEIXAR ?

#CONTRAPL490

O AVANÇO DOS DESMATAMENTOS E DAS QUEIMADAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS NO BRASIL

Dulcinéia Esteves Santos

No período entre 2016 e 2022 o Brasil passou por vários retrocessos, inclusive ambientais, sociais e educacionais. Nessa perspectiva, o desmatamento e as queimadas tiveram um aumento significativo. Em relação ao desmatamento, segundo nota técnica do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), organização científica que trabalha pelo movimento sustentável da Amazônia, o desmatamento anual de 2019 a 2021 foi 56,6% maior do que entre 2016 e 2018 no bioma Amazônia (IPAM, 2022).

Ao relatar a área de desmatamento bruto, o gráfico apresenta dados por categoria fundiária no bioma da Amazônia, nos últimos seis anos, com destaque para a distribuição do desmatamento em terras públicas em 2020/2021, incluindo Áreas Protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação) e os tipos de Terras Públicas Não Destinadas e Outras Terras Públicas Não Destinadas. Diante disso, a (Figura 1) apresenta os dados que explicitam o fato de maior distribuição do desmatamento em terras públicas em 2020/2021. É importante ressaltar que todos os tipos de desmatamentos aumentaram nos últimos anos.

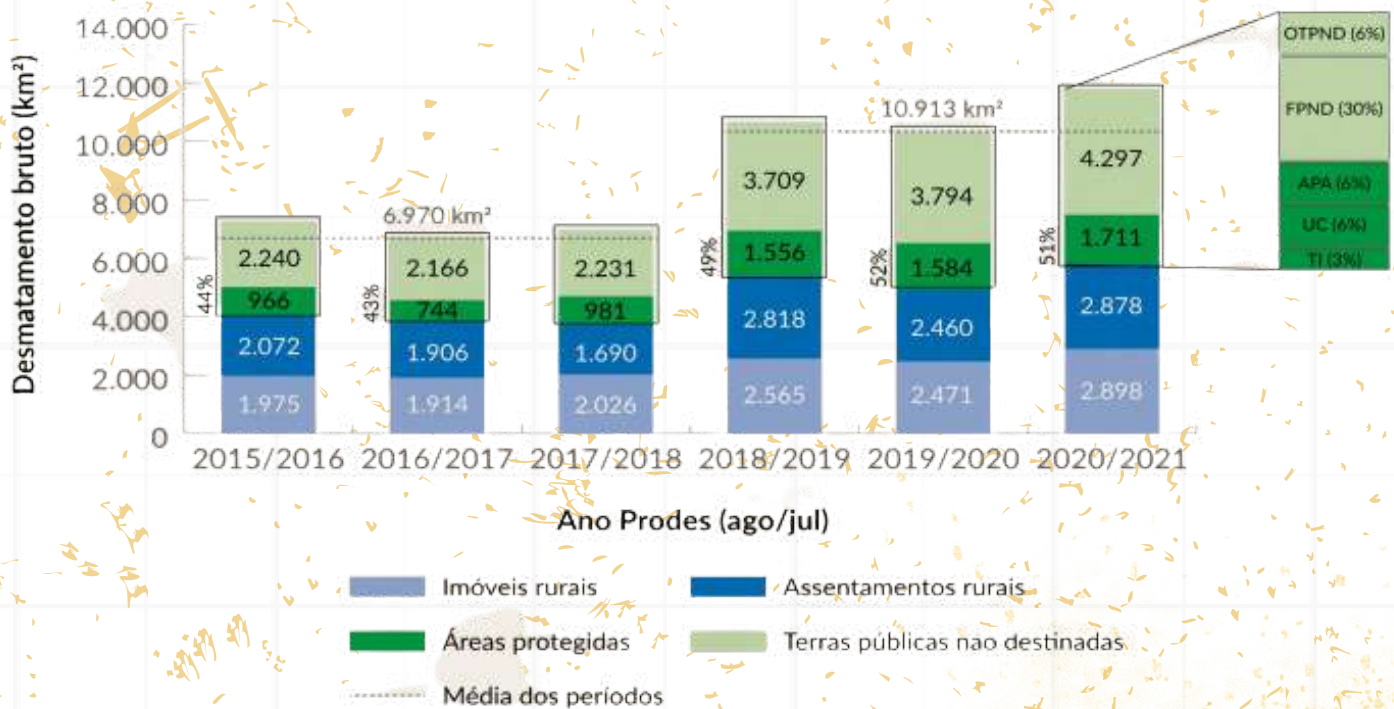


Figura 1: Gráfico contendo informações do avanço do desmatamento

Fonte: [Amazônia-em-Chamas-9-pt-versão-final-2.pdf](https://recontaai.com.br/Amazônia-em-Chamas-9-pt-versão-final-2.pdf) (recontaai.com.br)

Sobre territórios indígenas, cabe ressaltar que em artigo publicado em 2020, Ferrante e Fearnside divulgaram que “O presidente Jair Bolsonaro, adotou medidas anti ambientais para a Amazônia desde que assumiu o cargo em janeiro de 2019”; com isso houve aumento nos planos de expansão das plantações de soja e outras culturas, utilizadas para a exportação. Para além disso, afirmaram que em fevereiro de 2020, o então Presidente da República enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que abriria terras indígenas para mineração, extração de petróleo e gás e construção de barragens hidrelétricas, fazendas de gado e monoculturas mecanizadas. Todos esses mecanismos são prejudiciais para os povos originários.

Em Nota Técnica divulgada em 2022, o IPAM indicou que “Em termos absolutos o Estado do Pará foi o que apresentou a maior diferença entre as médias do primeiro e do segundo triênio (2.025 km²), seguido por Amazonas (644 km²), Mato Grosso (464 km²)”. Com isso, nota-se que o desmatamento no Pará, sozinho, simboliza bem mais que o território da cidade de Manaus, isso somente no triênio de 2019 a 2021.

De acordo com Arruda Filho e colaboradores (2022), “o revés que a atual gestão do Governo Federal impõe à questão climática brasileira é dilacerante e coloca em risco todo o percurso da política do clima no país”; “discursos com teor negacionista e anticientífico, fizeram do país na COP 26, ocorrida em Glasgow, no ano de 2021, fosse insignificante e retrógrada”; os autores também apontam o desrespeito e desastre programado do governo anterior.

Ao se tratar de indígenas, no início de 2023 a sociedade brasileira se revoltou com a situação dos povos indígenas Yanomamis. Em visita a esse território, o atual Presidente da República, Lula, na Terra Indígena Yanomami, no Estado de Roraima, presenciou o que a comunidade indígena estava passando em relação a mortes por desnutrição, sobretudo de crianças, e a falta de acesso a medicamentos. “Recebemos informações sobre a absurda situação de desnutrição de crianças Yanomamis em Roraima [...] viajarei ao estado para oferecer o suporte do Governo Federal” afirmou Lula (ANDRADE, 2023).



Figura 2: Ex Ministro do Meio Ambiente segura uma motosserra que simboliza desmatamento e morte
Fonte: Salles não! - Nando Motta - Brasil 247

Outro aspecto da questão ambiental são os desdobramentos na área da Saúde Pública e de zoonoses, que é de extrema relevância para a sociedade. De acordo com Adorno (2022), no quesito de doenças como a Malária, Leishmaniose visceral e Febre Amarela, o papel vetorial fica a cargo das fêmeas do mosquito, que para cumprir com as exigências nutricionais para maturação dos ovos, necessitam de sangue, com isso são as grandes responsáveis pela perpetuação das doenças e o desmatamento tem grande influência na proliferação de mosquitos, logo, neste tipo de doenças.

O surgimento de doenças zoonóticas tem sido associado à degradação florestal e ao desmatamento, já que esses são parâmetros frequentes no bioma Cerrado, que ocupa majoritariamente o Estado de Goiás (ADORNO et al., 2022).

Sobre o quesito queimadas, especificamente, dados da Brigada Pantaneira (2021) apontam o desastre ambiental ainda sem precedentes no Pantanal em 2020 e 2021; esse foi um outro evento nacional climático que incomodou a população brasileira, na (Figura 3) é possível interpretar que o desastre foi devastador: “No ano de 2021 o Pantanal teve 1.945.150 hectares (12,6% do bioma) consumidos pelas chamas, [...] a totalidade de área queimada do ano de 2020, teve o total de 3.909.075 hectares (26% do bioma) queimados”, afirma a Brigada.

Área Queimada Pantanal (2020-2021)

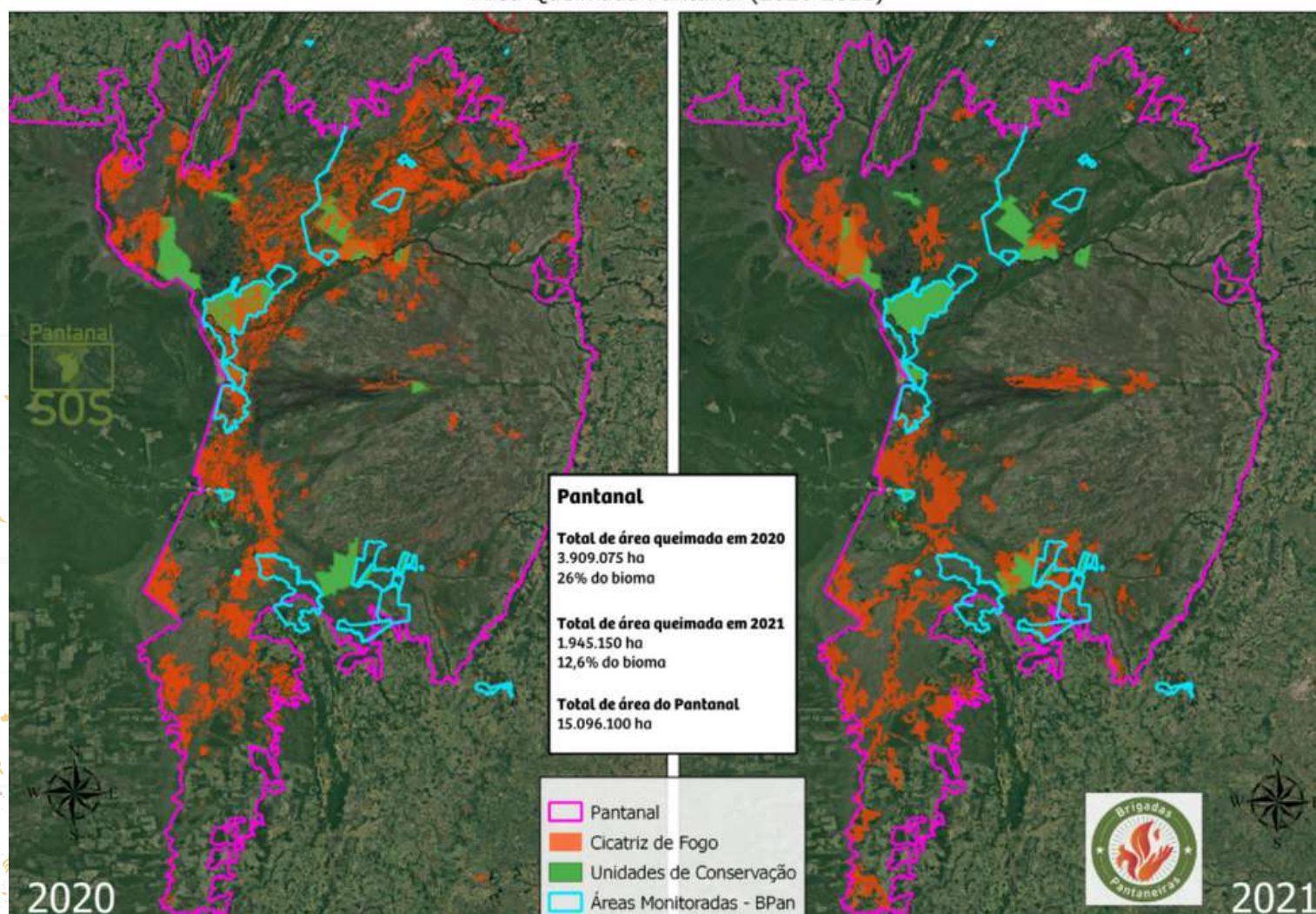


Figura 3: Mapa da brigada pantaneira que detalhe o desastre feito pelo fogo de 2020 e 2021

Fonte: [Comparando os incêndios de 2020 com 2021 no Pantanal: O que mudou? - SOS Pantanal](#)

Sobre as questões de desmatamento e queimadas no Mato Grosso, tive acesso ao depoimento de um ex morador de Alta Floresta, interior do Estado, no qual disse que em setembro, maior época das queimadas: “Parece que nós tá sem respirar”; “fizeram o dia do fogo em agosto de 2019”; “Alta Floresta já saiu do desmatamento, em 2010, só que em 2022 agravou, mas Peixoto de Azevedo, cidade da mesma região, foi registrado como o município que desmatou a aumentou o desmatamento”. Relatos como esse fazem lembrar as questões de Saúde Pública e o quanto o desmatamento é danoso em vários quesitos.

Nesse sentido, ao se tratar sobre as queimadas na região amazônica, em especial, sobre a poluição atmosférica que surge com a queima da biomassa, estas têm sido associadas ao aumento de morbimortalidade por doenças respiratórias, devido às partículas geradas pelas mesmas. Essas têm apresentado efeitos diretos para o sistema respiratório de pessoas que vivem nesta região (CONCEIÇÃO et al., 2020).

Diante da conjuntura atual, de 2023, no qual o Brasil vive um Governo democraticamente eleito, espera-se que entre tantas medidas já refutadas dos desastres do governo anterior, outras possam ser executadas com urgência. Assim, espera-se que as medidas ambientais, inclusive medidas de combate ao desmatamento e às queimadas sejam implementadas, de forma a evitar maiores pandemias e epidemias, respeitando a Legislação ambiental e as pesquisas da área de Saúde Pública.

Referências

ADORNO, B. R. et al. O desmatamento, o uso do solo do Cerrado e a incidência de leishmaniose visceral, malária e febre amarela no Estado de Goiás. *Revista Brasileira de Geografia Física*. v. 15, n. 06, 2022. Disponível em: [O-desmatamento-o-uso-do-solo-do-Cerrado-e-a-incidencia-de-leishmaniose-visceral-malaria-e-febre-amarela-no-Estado-de-Goiias.pdf \(researchgate.net\)](#). Acesso em: 23 de abril de 2023.

ALENCAR, A. et al. Amazônia em chamas: o novo e alarmante patamar do desmatamento na Amazônia. *Nota Técnica IPAM Amazônia*. n° 9, Fev 2022. Disponível em [Amazônia-em-Chamas-9-pt-versão-final-2.pdf \(recontaai.com.br\)](#). Acesso em: 23 de abril de 2023.

ANDRADE, T. Lula visita Terra Yanomami para tratar da crise humanitária. *Correio Braziliense*. Jan 2023. Disponível em: [Lula visita Terra Yanomami para tratar da crise humanitária \(correio braziliense.com.br\)](#). Acesso em 23 de abril de 2023.

ARRUDA FILHO, M. T. et al. Brazil and its disarranged climate policy towards COP 27. *Ambiente & Sociedade*, v. 25, p. 2022. Disponível em: [scielo.br/j/asoc/a/3dXbRPhWSBbpKY3P3kLnjVm/?format=pdf](#). Acesso em: 23 de abril de 2023.

BRIGADA PANTANEIRA, SOS Pantanal. Comparando os incêndios de 2020 com 2021 no pantanal: o que mudou? Disponível em: [Comparando os incêndios de 2020 com 2021 no Pantanal: O que mudou? - SOS Pantanal](#). Acesso em: 31 de maio de 2023.

CONCEIÇÃO, D. S. et al. O Impacto das Queimadas na Saúde Pública. *Braz. J. of Develop.* Curitiba, v. 6, n. 8, p. aug. 2020.

FERRANTE, L.; FEARNside, P. M. O Brasil ameaça terras indígenas. *Amazônia Real*. Disponível em: [O Brasil ameaça terras indígenas - Amazônia Real \(amazoniareal.com.br\)](#). Acesso em: 23 de abril de 2023.

MOTTA, Nando. Salles não! Brasil 247. Disponível em: [Salles não! - Nando Motta - Brasil 247](#). Acesso em: 30 de maio de 2023.

AGROTÓXICO MATA! VERDADE OU MENTIRA?

Dulcinéia Esteves Santos

Nos últimos anos, o Brasil foi o país campeão no uso de agrotóxicos, sendo que, no período de 2000 a 2013, esse se tornou o maior importador mundial desses químicos. Uma parte significativa desse volume de agrotóxicos comercializado no país está relacionada com as culturas destinadas à exportação, comumente vinculadas ao chamado “agronegócio” (BOMBARDI, 2019).

O país, que é um dos maiores exportadores de produtos advindos da agricultura, em sua grande maioria usando da monocultura, em 2021, por exemplo, utilizou 720 mil toneladas destes venenos importados, aponta a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Isso pode ser argumentado pela referência de ser um país com grande parte do território destinada à produção agrícola. No entanto, já é sabido que durante 2019 a 2022 houve uma das maiores liberações de agrotóxicos no Brasil.

Uma das razões deste desastre é que o governo de Jair Bolsonaro, recebia muito apoio político de grandes produtores e exportadores, que no Parlamento são mais conhecidos como “bancada ruralista”, ou seja, os representantes do agronegócio. Nesse sentido, foram 2.007 novos registros de agrotóxicos e 30% desses são proibidos na União Europeia e 20% são considerados extremamente e altamente tóxicos à saúde humana (Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida).

Em contraponto a esse desastre ambiental e nutricional que provoca riscos à saúde humana, animal e ambiental, há no Brasil diversos tipos de enfrentamento, campanhas como a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, que reúne muitas associações, Comissões e Conselhos, dentre eles a Articulação Nacional de Agroecologia, o Conselho Federal de Nutricionistas, o Fórum Nacional de Controle aos Impactos dos Agrotóxicos, entre outros, que seguem bravamente no combate. Para se ter ideia, foram 8.412 intoxicações por agrotóxicos registradas em 2019, e ao abordar somente dados de crianças entre 0 a 14 anos, no período de 2010 a 2021, foram 9.806 intoxicações e destas 91 foram a óbito, aponta a Campanha.

De acordo com o dossiê da ABRASCO, Carneiro (2012) e colaboradores abordam a famosa pesquisa realizada em Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, principal Estado do agronegócio no país, com monoculturas, transgênicos e intensivo uso de agrotóxicos com pulverização, que verificou a contaminação das águas, em consequência até o leite humano e os anfíbios estavam contaminados, por exposição ambiental aos agrotóxicos.

Além disso, o documento aponta outras correlações de processos produtivos do agronegócio em Lucas do Rio Verde, como intoxicações agudas por agrotóxicos, neoplasias, malformações congênitas e agravos respiratórios, que aumentaram entre 40% e 102% nos últimos dez anos, com linha de tendência com 50% acima da incidência anual estadual nestes anos. Analisando estes dados, é assustador imaginar a situação atual, após a liberação de tantos outros agrotóxicos nos últimos anos; espera-se que esse quadro possa ser revertido o quanto antes.

Os vários tipos de agrotóxicos liberados para uso no Brasil atual, sim, matam! E não somente matam, mas também provocam muitas doenças, conforme já dito anteriormente, e como bem relata o artigo original de Miguel (2022): “85,4% dos agricultores afirmaram que os agrotóxicos impactam na saúde, com predomínio da percepção de riscos relacionada à manifestação de doenças”. Logo a pesquisadora alerta que é necessária uma conscientização dos agricultores sobre a alimentação e ações voltadas para os riscos da exposição aos agrotóxicos.

Sobre a utilização de agrotóxicos na produção de alimentos, sendo a maioria desses produtos extremamente tóxicos, podemos citar o caso de agricultores da região da Zona da Mata de Minas Gerais. Esses apresentaram alterações na colinesterase plasmática, colinesterase eritrocitária e butirilcolinesterase, marcadores de exposição a agrotóxicos, ou seja, “houve associação entre pulverização por mais de 4 horas/dia e relato de sintomas agudos de intoxicação, bem como entre uso de agrotóxicos e presença de doenças crônicas não transmissíveis” (MIGUEL, 2022).

Em relação aos agrotóxicos classificados como medianamente ou pouco tóxicos, deve-se observar os efeitos crônicos que podem ocorrer em meses, anos ou até décadas após a exposição, que podem se manifestar em doenças como cânceres, malformações congênitas, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais. Ademais, sobre as doenças destacadas, as de sintomas de intoxicações crônicas são: lesões hepáticas, arritmias cardíacas, lesões renais, neuropatias periféricas, causados dentro dos grupo químico, os organoclorados (CARNEIRO, 2012).

Dados da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), informam o cultivo médio por área de terra cultivada no gráfico (Figura 1). No entanto, esses dados foram criticados em matéria da Revista Superinteressante (Agosto/2019), que refuta os dados da FAO, pois argumenta que “...se baseia em declarações voluntárias, que naturalmente tendem ao subdimensionamento (ao produtor interessa, por motivos óbvios, dizer que utiliza menos pesticidas do que efetivamente consome). Ela não utiliza, como seria desejável, números obtidos por meio de fiscalização governamental ou dados tributários (pois cada galão de agrotóxico vendido no país paga uma porcentagem de imposto)”.

Segundo o gráfico, os dados do uso de agrotóxico nas Américas implicam muito no elevado número que representa o Brasil, ou seja, utiliza-se 3,74 kg/ha, é o maior do mundo. Nesse sentido, cabe refletir o quanto de risco de saúde as sociedades enfrentam, pois ainda que se pensa estar consumindo alimentos saudáveis, na verdade está se intoxicando aos poucos.

Pesticides - Average use per area of cropland

1990 - 2020

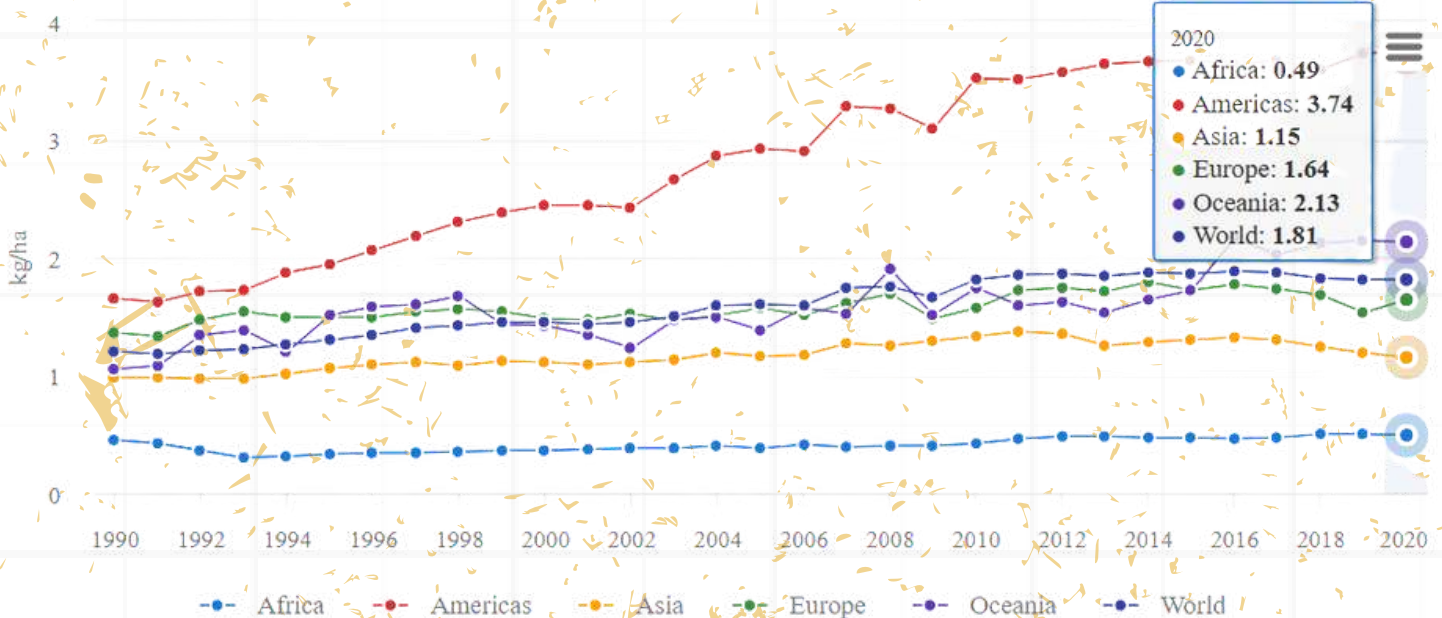


Figura 1. Pesticidas - Uso médio por área de terras cultiváveis. Fonte: [FAOSTAT](#)

Já sobre o problema dos agrotóxicos em relação à morte de insetos, as abelhas são o exemplo mais preocupante, já que elas cumprem um papel fundamental para a humanidade que é a polinização. Diante disso, a Universidade Federal de São Carlos em parceria com a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Estadual Paulista (Unesp) realizaram um estudo pioneiro com abelhas sem ferrão, as nativas uruçú nordestina, jataí e Mandaguari, que são mais sensíveis ao agrotóxico inseticida tiametoxam.

Nesse estudo, os pesquisadores chegaram à conclusão de que o Brasil está na vanguarda com este tipo de pesquisa, já que o país possui mais de 2 mil espécies de abelhas nativas, ou seja: “Trata-se de um problema complexo e que precisa ser resolvido”, afirma Osmar Malaspina, Professor da Unesp. Além disso, a iniciativa de desenvolver novos protocolos que considerem espécies nativas é pioneira na América Latina, logo o grupo elaborou novo protocolo para avaliação de risco ambiental (ZIEGLER, 2023).

Ao divulgar dados sobre agrotóxico, Bombardi (2017), no período de 2012 a 2014, indicou que a região sul do país estava em segundo lugar e ao relatar o número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos em cada Estado da União, o Rio Grande do Sul surge em primeiro lugar. Nesse Estado foram apontados cinco municípios em que a relação entre o número de intoxicados e o número da população do município foi maior, e ainda, o estudo também chama a atenção para a evolução dos casos que culminaram em óbito e para o número de intoxicações entre as pessoas com menor escolaridade.

Cabe salientar outra problemática que o tema agrotóxicos trouxe ao Brasil nos últimos anos, relacionada à perseguição de quem pesquisa agrotóxicos e seus males, como foi o emblemático caso da professora do departamento de Geografia da USP, Larissa Mies Bombardi, que em 2021 sofreu perseguição e foi forçada ao exílio. Assim narra a jornalista Guidi (2021) ao lembrar outros fatos de perseguição e finaliza: “Esses acontecimentos vêm na esteira de uma escalada de perseguição à intelectualidade e aos acadêmicos no país”. Diante da repercussão, a pesquisadora, mulher e mãe, decide se exilar do seu país

Penso que o tema agrotóxico é uma tema caro, e por demais necessário discutir e disseminar todos os seus danos provocados para a humanidade, vida animal e ambiental. Para isso, é importante que haja mais engajamento e pesquisas também sobre a ciência Agroecologia, que visa enfrentar os danos sociais e ambientais causados pelos agrotóxicos.

Referências

- Agrotóxico mata. Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida. Dados sobre agrotóxicos. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/base-de-conhecimento/dados-sobre-agrototoxicos/> acesso em: 18 de abril de 2023.
- BOMBARDI, L. M. Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e restrições com a União Europeia. FFLCH - USP. 2017.
- BOMBARDI, L. M. A mundialização da agricultura brasileira e a ameaça aos direitos humanos. Direitos Humanos no Brasil 2019: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Organização: Daniela Stefano e Maria Luiza Mendonça. 1ª Edição São Paulo, 2019. Disponível em: [07_10_2020_11_13_25_direitos_humanos_2019_relatorio_rede_jdh.pdf \(anflip.org.br\)](https://www.dhnet.org.br/2020/11/13/25-direitos-humanos-2019-relatorio-rede-jdh.pdf) Acesso em: 18 de abril de 2023.
- CARNEIRO, F. F. et al. Dossiê ABRASCO. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 1 – Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Saúde - de. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. Pesticides indicators. FAOSTAT. Acesso em: 18 de abril de 2023.
- GARATTONI, B. O Brasil é o país que mais usa agrotóxicos. Se alguém negar, desconfie. Superinteressante. Disponível em: [O Brasil é o país que mais usa agrotóxicos. Se alguém negar isso, desconfie | Super \(abril.com.br\)](https://super.abril.com.br/brasil-e-o-pais-que-mais-usa-agrototoxicos/) Acesso em: 18 de abril de 2023.
- GUIDI, L. M. Sob ameaças de morte, professora da USP parte para o exílio por pesquisar agrotóxicos. Disponível em: [Sob ameaças de morte, professora da USP parte para o exílio por pesquisar agrotóxicos - Brasil 247](https://www.folha.uol.com.br/ambiente/2021/04/sob-ameacas-de-morte-professora-da-usp-parte-para-o-exilio-por-pesquisar-agrototoxicos-brasil-247/) acesso em: 23 de abril de 2023.
- MIGUEL, E. S. et al. Intoxication symptoms and health conditions of family farmers associated with the use of pesticides: a study conducted in Zona da Mata Mineira, Brazil. Research, Society and Development, v. 11, n. 8, 2022.
- MIGUEL, E. S. et al. Avaliação da segurança alimentar, estado nutricional e percepção em relação ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos: o caso de agricultores familiares de um município da Zona da Mata de Minas Gerais. Segur. Aliment. Nutr., Campinas, v. 129, p. 1-13. 2022.
- ZIEGLER, M. F. Abelhas Nativas são mais sensíveis a agrotóxico que espécie usada em testes para aprovação de produtos. Disponível em: [Abelhas nativas são mais sensíveis a agrotóxico que espécie usada em testes para aprovação de produtos - Campanha Permanente Contra os Contra os Agrotóxicos e Pela Vida \(contraosagrototoxicos.org\)](https://contraosagrototoxicos.org/abelhas-nativas-sao-mais-sensiveis-a-agrotoxico-que-especie-usada-em-testes-para-aprovacao-de-produtos/) acesso em: 17 de abril de 2023.

Um Olhar Sobre o Futuro

Anderson da Silveira

Pensar sobre o desmonte da educação também nos leva a refletir sobre como este desmonte, produz um acréscimo ainda maior nos índices de vulnerabilidade, fome e desemprego.

Conforme dados apresentados pela Fiocruz em 2022, isso tem se evidenciado nos últimos anos: "De acordo com a pesquisa, cerca de 75% dos brasileiros conseguem perceber o aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, número que aponta, principalmente, para uma população que tem sentido uma maior dificuldade em comprar alimentos e itens básicos."

Na educação, esse desmonte é sentido em diferentes áreas, como em relação à estrutura e orçamento. Dados levantados pela Atricon em 2022 nos apontam que: "A ausência de infraestrutura adequada nas escolas, como acesso à água potável e a banheiros em condições de uso, ainda é um problema enfrentado por pelo menos 14,7 milhões de estudantes brasileiros".

Quando se reflete sobre a saúde mental de professores e alunos, um artigo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação de 2022 descreve que: "Relatos de ansiedade, depressão e outros problemas relacionados a saúde mental são cada vez mais frequentes entre professores/as e alunos/as no Brasil, principalmente com retorno das aulas presenciais, depois de dois anos de pandemia da Covid-19, e problemas na estrutura educacional, que se arrastam bem antes da crise sanitária."

O desmonte tira sonhos de uma vida melhor, oportunidades de emprego, desvaloriza o estudo de anos árduos na faculdade, desmotiva o entendimento dos conhecimentos passados aos alunos, que enxergam e vivem no ambiente escolar e no estudo um refúgio de uma vida complicada, muitas vezes marginalizada e violenta, fora da escola.

A escola por mais humilde que seja é uma fábrica de potências e sonhos. Assim como um foguete que para voar alto precisa de um impulso, o conhecimento, o estudo e a compreensão dos saberes são estes impulsos para o voo, que somente com as oportunidades e entendimento crítico, partindo da vivência individual de cada aluno, para traçar o trajeto desta viagem, que levará a realidades antes impossíveis, que agora se tornaram possibilidades futuras e potentes.

Citando Nelson Mandela, advogado, líder rebelde e presidente da África do Sul entre 1994 e 1999, que viveu de 1918 a 2013 e ganhador do Nobel da Paz do Ano de 1993 nos convida a pensar a educação como: "A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo" É diante do estudo e do conhecimento que se proporciona um desenvolvimento crítico e social, sobre a sua própria realidade e também das capacidades de mudanças em relação a ela.



VAI UM FILME AÍ?

por
Luiza Maciel



Filme
Democracia em
Vertigem

Duração: 121 minutos

Direção: Petra Costa

Ano: 2019

Já pensou em assistir um filme que tenha relação com os assuntos que abordamos até aqui? O documentário *Democracia em Vertigem*, produzido por Petra Costa, trata a respeito da crise política vivida ao final do governo do Partido dos Trabalhadores e o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, mostrando o cenário turbulento no qual se instaura o governo Bolsonaro. O longa-metragem que foi indicado ao Oscar de Melhor Documentário de Longa Metragem em 2020, e foi denominado um dos melhores filmes do ano do New York Times, retrata a vulnerabilidade de uma democracia relativamente recente que cria um ambiente favorável à ascensão da extrema-direita no Brasil. *Democracia em Vertigem* evidencia o desmonte de instituições públicas, além dos retrocessos em áreas como ciência e cultura em nosso país.

“ANO PASSADO EU MORRI, MAS ESSE ANO EU NÃO MORRO!”

um reflexo do desmonte das políticas de saúde mental no governo Bolsonaro

Giulia dos Santos e Luiza Maciel

Podemos pensar em saúde mental como um estado de bem-estar que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), “permite às pessoas lidar com os momentos estressantes da vida, desenvolver todas as suas habilidades, aprender e trabalhar bem e contribuir para a melhoria de sua comunidade”. A OMS afirma ainda, que a saúde mental é parte imprescindível que sustenta as capacidades individuais e coletivas das pessoas para tomar decisões, estabelecer relações e moldar o mundo sendo, então, um direito de todos os seres humanos. Dessa forma, a saúde mental está diretamente ligada ao desenvolvimento pessoal, comunitário e socioeconômico, portanto, as circunstâncias que provocam modificações nela são entendidas, por vezes, como situações de sofrimento ou até mesmo como a incidência de transtornos mentais.

Neste sentido, convidamos vocês a entender o desmonte dos programas voltados à saúde mental que ocorreu no Governo Bolsonaro. Inicialmente, vamos pensar como se caracteriza o serviço à saúde mental no Brasil: a Lei da Reforma Psiquiátrica no país foi criada em 2001 com a finalidade de substituir o modelo manicomial - que é apresentado por internações em hospitais psiquiátricos e enclausuramento de pacientes em manicômios, utilizando-se de práticas como medicalização excessiva, violência, eletrochoque e camisas de força, por exemplo - trazendo um tratamento mais humanizado e o cuidado em liberdade para a população usuária do serviço. O Ministério da Saúde demonstra que a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) conta com diversos pontos de atenção, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades de Acolhimento (UA) e Ambulatórios de Saúde Mental, por exemplo; estes locais, assim como a rede em si, oferecem um cuidado terapêutico humanizado, em liberdade, em conjunto com a família e com o objetivo de reintegrar o sujeito na sociedade.

Ao analisarmos as ações do governo Bolsonaro, pode-se perceber um grande retrocesso, além de um movimento que desencoraja a luta antimanicomial e caminha para o desmonte destas políticas públicas. Um estudo intitulado “O desmonte da Reforma Psiquiátrica pelo governo federal: análise da crescente retomada de práticas manicomiais” - dos pesquisadores Neves e Carvalho, publicado em 2022 - faz uma análise crítica de todas estas condutas, demonstrando como este enfraquecimento da rede fica nítido logo no início de seu governo - em março de 2019 -, quando as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental são alteradas e a retomada da institucionalização de pacientes é incentivada, incluindo adolescentes e crianças. Poucos meses depois, Bolsonaro sancionou a Lei n. 13.840/19 que torna menos rígidos os requisitos para internação involuntária de pacientes de saúde mental; antes a internação se dava somente mediante decreto judicial e, com esta nova lei, a decisão

fica nas mãos do médico - com o indivíduo podendo ser internado por até 90 dias sem aviso a nenhum órgão de fiscalização de saúde. Ainda no mesmo ano, foi direcionado investimento público à Comunidades Terapêuticas, instituições de internação que seguem uma linha

manicomial. Desta forma, estas ações contribuem para o incentivo de práticas manicomiais, que muitas vezes recaem em atos como tortura, violência física, de gênero e sexual, condições de trabalho análogas a escravidão, restrição de contato com seus documentos e familiares, situações estas como aquelas flagradas durante as inspeções em hospitais

psiquiátricos realizadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em dezembro de 2019. Além disso, percebe-se um movimento de 2020 a 2022 que vai contra os serviços de saúde mental do SUS, uma vez que há corte de repasses de verbas públicas aos CAPS e incentivo a hospitais psiquiátricos privados. Houve também a extinção do Programa de Volta para Casa - que prestava assistência a egressos de clínicas psiquiátricas - e dos serviços prestados a pessoas com transtornos mentais em situação de rua, como apontou o estudo dos pesquisadores Neves e Carvalho, realizado em 2022.

Levando em conta dos desmontes já citados acima, é necessário que haja uma discussão aprofundada sobre como estas mudanças influenciam na vida dos atuais estudantes das universidades do país, já que o ambiente acadêmico é marcado por muitas vivências dos sujeitos, sejam elas individuais ou coletivas e que surgem muitas questões durante esse período que afetam nossa saúde mental. Seja por muitas tarefas para fazer, sobrecarga de horários da universidade e também questões financeiras que preocupam estudantes, além do que, muitos discentes de baixa renda precisam trabalhar concomitantemente aos estudos. Para garantir boas condições nos estudos e a permanência desses sujeitos com qualidade de vida, é preciso uma política estudantil consolidada, o que nos últimos 4 anos demonstraram fragilidade e incerteza devido aos inúmeros cortes neste período. Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), de 2019 a 2022 as universidades perderam anualmente 25% do orçamento para as instituições. Sem recursos financeiros e em pleno sucateamento da educação pública, as universidades carecem de programas de apoio psicológico para os estudantes que podem auxiliar para seu pleno desenvolvimento acadêmico, contribuindo para o sofrimento psíquico dessas pessoas.

Sabe-se que o Brasil é um país que nestes 4 anos de (des)governo demonstrou graves declínios no que diz respeito à saúde - sendo esta um direito constitucional e que deve ser garantida a todos. Portanto, não garantir a saúde mental aos cidadãos, é governar com base na necropolítica. A necropolítica, segundo Mbembe (2018) é um conceito que diz respeito a um projeto de controle de vida ao poder da morte, realizado de maneira articulada ou não, seja pelo Estado, seja por quem tenha capacidade de exercer poder em uma dada sociedade. Dessa forma, então, atenuando e não investindo em leis de saúde mental, desmantelando o Sistema Único de Saúde (SUS), dando como exemplo a EC 95 (Emenda Constitucional), que congela os gastos em saúde por 20 anos e por causa disso, 20 bilhões de reais não foram investidos na saúde em 2019 (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2020) é contribuir para essa política que decide quem vive e quem morre neste âmbito, vendo os mais diversos públicos adoecidos e extremamente medicalizados.

Por fim, acrescentamos que no dia 18 do mês de maio é comemorado, no país, o Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Essa data marca as mobilizações em torno do fechamento de manicômios, da criação de novas legislações, implantação da RAPS - Rede de Atenção Psicossocial - e a execução de novas práticas que evidenciem o movimento da reforma psiquiátrica brasileira. É um dia de luta e resistência dos usuários e trabalhadores dos serviços de saúde mental que deve ser lembrado por todos nós, para que nunca mais aconteça.

Manicômio nunca mais!

Referências

- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Conselho Saúde, 2020. Saúde perdeu R\$20 bilhões em 2019 por causa da EC 95/2016. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoesem-2019-por-causa-da-ec-95-2016>>. Acesso em: 21 de maio de 2023.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gov.br, Ministério da Saúde: Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental/rede-de-atencao-psi-cossocialraps#:~:text=S%C3%A3o%20servi%C3%A7os%20destinados%20a%20oferecer,crack%2C%20%C3%A1lcool%20e%20outras%20drogas>>. Acesso em: 20 maio 2023
- NATIONAL GEOGRAPHIC. National Geographic Brasil: O que é saúde mental segundo a OMS, 2022. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2022/11/o-que-e-saude-mental-segundo-a-oms>>. Acesso em: 20 maio 2023.
- NEVES, Carine Rezende Moura; CARVALHO, Ailton Da Silva. O desmonte da Reforma Psiquiátrica pelo governo federal: análise da crescente retomada de práticas manicomial. Congresso Brasileiro de Ciências e Saberes Multidisciplinares, [S. l.], p. 1-8, 2022. Disponível em: <<https://conferenciasunifoa.emnuvens.com.br/tc/article/view/90>>. Acesso em: 20 maio 2023.

Pindorama: O Brasil antes de Bolsonaro

Redatores: Carlos Eduardo Silva Ferreira, Herison de Carvalho Silva e Robson Rodrigues Júnior



[...] Pindorama, Pindorama
É o Brasil antes de Cabral
Pindorama, Pindorama
É tão longe de Portugal
Fica além, muito além
Do encontro do mar com o céu
Fica além, muito além
Dos domínios de Dom Manuel

Vera Cruz, Vera Cruz
Quem achou foi Portugal
Vera Cruz, Vera Cruz
Atrás do Monte Pascoal
Bem ali Cabral viu
Dia 22 de abril
Não só viu, descobriu
Toda a terra do Brasil

Pindorama, Pindorama
Mas os índios já estavam aqui
Pindorama, Pindorama
Já falavam tupi-tupi
Só depois, vêm vocês
Que falavam tupi-português
Só depois com vocês
Nossa vida mudou de uma vez [...]

Pindorama, "pindó-rama" no tupi. Esse era o nome reconhecido pelos povos originários da região costeira oriental do Brasil onde os europeus aportaram. Ali viviam os tupis-guaranis. Os versos que leem são transcrições de uma música infantil do grupo musical "Palavra cantada", composição dos músicos e cantores de mesma banda, Sandra Perez e Luiz Tatit. Muitos dos termos utilizados na música caíram em desuso, como os termos "índio", que revela certo preconceito por ser uma terminologia pejorativa empunhada pelos europeus quando se referiam aos povos nativos, ou também, "descobrimento" do Brasil, sabendo que não há o que ser descoberto já que essas terras já estavam sob posse de diversas etnias e povos que viviam nelas. Ou ainda, se pensarmos para além da música, termos como "os verdadeiros brasileiros", pois "Brasil" é também uma invenção de Portugal, pois como já dito anteriormente o nome que essa terra levava é de mesmo nome da música mencionada.

Ainda assim, há algo que devemos nos atentar nessa música, que além de uma bela sonoridade traz consigo um intercalar de estrofes na qual podemos ouvir duas línguas portuguesas faladas distintamente, onde uma se mostra ser de Portugal que nos apresenta a visão aproximada da que os portugueses tiveram sobre essas terras, e na sequência eles jogam com o português brasileiro negando as afirmações anteriores de modo a ressaltar o valor que esses povos têm para nossa história, para nosso país.

Mas agora devemos nos atentar para dois versos em específicos, "[...] Só depois com vocês/Nossa vida mudou de uma vez [...]". Para além do marco da tal "descoberta", 523 (quinhentos e vinte e três) anos depois a sociedade brasileira está vivenciando mais um marco entre tantos outros acumulados no meio ambiente, sobretudo para esses povos originários que foram (e são ainda hoje) subjugados, saqueados, escravizados, assassinados e tudo de mais assombroso que possamos imaginar. Este marco que presenciamos é o governo Bolsonaro e suas mazelas implantadas ao longo de seu mandato nesses últimos quatro anos em plena crise pandêmica global.

Houve nesse período um governo fortemente marcado por uma regência necropolítica, termo que podemos usar para definir os mecanismos políticos utilizados para alcançar e traçar rumos tenebrosos para o país. Necropolítica, conceito cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe e que também leva o título do ensaio, em que o autor trabalha suas concepções a respeito das deliberações de uma sociedade ou governo, que por via de regra, dita as vidas que devem e merecem

ser salvas em detrimento de outras, consideradas como menos valorativas. O pesquisador camaronês foca justamente nos corpos inúteis, analisando os sujeitos que não fazem parte da cadeia neoliberal reprodutivista, cujas técnicas voltadas para o controle biológico ganham outro direcionamento, uma vez que diferente dos corpos úteis, os corpos inúteis são deixados para morrer, ou simplesmente entram em uma sessão de extermínio, em função de benefícios ao Neoliberalismo. A vida e a morte fazem parte da definição conceitual do autor. Então, um determinado governo que utiliza destes mecanismos, estabelece uma narrativa que conhecemos bem - a criação de um inimigo fictício - que justificará as ações criminosas de uma ação biopolítica.

Um dos povos originários que mais sofreram com essa Necropolítica, foram os Yanomamis. A pandemia do corona vírus somente serviu para aprofundar essa política. Os indígenas nesse cenário foram um dos grupos sociais que mais sofreram com esse governo, pois todas as políticas públicas que havíamos alcançado ao longo de vários anos de opressão e discriminação foram todas por água abaixo, seja pelas flexibilizações de leis de desmatamentos e mineração na Amazônia - como o Decreto nº 10.966/2022, que passou a legalizar a prática do garimpo ilegal na Amazônia a partir de uma regulamentação do chamado "garimpo artesanal", decreto esse que ao contrário de combater o garimpo ilegal tornou mais brando o controle sobre atividades prejudiciais ao meio ambiente e às populações locais, favorecendo assim empresários que estavam alinhados ao governo passado, e aprofundando o trabalho análogo à escravidão nos garimpos. Ou a transferência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Agricultura e, o impedimento das novas demarcações de terras, conforme revela a fala do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro: "Enquanto eu for presidente não tem demarcação de terra indígena", disse.

Você sabia?

Neoliberalismo é um conceito usado para definir dois tipos mais comuns de governabilidade de livre mercado, o modelo alemão e o americano. Os especialistas não chegam a um consenso a respeito do termo, em geral corresponde a lógica de liberdade irrestrita de relações sociais e comerciais, em que ambas confundem-se, criando falsas perspectivas de mérito e ascensão social.

“Eles têm 14% do território nacional. Imagine Região Sudeste, uma área maior que essa já é terra indígena, não é área suficiente?”, (“Bolsonaro diz que não fará demarcação de terras indígenas”, publicado em 16/08/2019 por Andreia Verdélio - Repórter da Agência Brasil - Brasília), cumprindo então com o prometido, validando também invasões a territórios já consolidados (invasão de terras indígenas).

No início de 2023, o mundo pôde acompanhar estarrecido, as consequências que toda essa política a favor dos ruralistas em detrimento dos povos originários causou. Terras Yanomamis já demarcadas foram invadidas pelo garimpo, adolescentes e jovens Yanomamis foram mantidas contra a sua própria vontade em garimpos, para que pudessem ser abusadas e exploradas sexualmente por centenas de garimpeiros. Cenas de centenas de crianças extremamente desnutridas causaram grande comoção midiática. De acordo com a BBC (2023), durante o governo Bolsonaro, as mortes de Yanomamis por desnutrição cresceram 331%. Segundo o portal de notícias Uol (2023), através de ofícios da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) o governo foi alertado sobre a situação de calamidade pública e mesmo tendo pleno conhecimento, cortou a entrega de alimentos para os indígenas, permitindo que muitos morressem de fome. De acordo com uma matéria publicada no site Amazônia Real, de outubro de 2022:

“O governo federal tem avançado sistematicamente na agenda dos ‘ruralistas’ (grandes proprietários e seus representantes), tanto em ações legislativas quanto na nomeação de ruralistas para cargos-chave em todo o governo. A longa lista de contratemplos inclui interferências constantes nas ações de fiscalização e controle dos órgãos ambientais, a aprovação de 1.682 novos agrotóxicos para uso no Brasil, desde o início do governo até junho de 2022 (muitos deles proibidos na Europa e América do Norte)”. (“Brasil: meio ambiente sob ataque no governo Bolsonaro”, por Amazônia Real. Publicado em: 04/10/2022 às 16:52). Esses índices são mais que suficientes para denotar todo desmonte e o caráter atroz e genocida do que foi o governo Bolsonaro.

Por fim, ao analisarmos a situação indígena no nosso país durante o governo Bolsonaro, que incentivou e praticou a discriminação, o preconceito, incitou o ódio, instaurou políticas públicas de modo a causar fome, a legitimar a morte de tantos pelo garimpo ilegal que invadiu matando, roubando e estuprando homens, mulheres e crianças, somos lançados ao paralelismo desesperador, e o legado deixado inspira cuidados especiais, haja vista que sempre foi necessária a proteção e manutenção da vida dos povos originários, principalmente daqueles que habitam regiões chave para

Yanomamis, quem são?

Um povo originário da América do sul. Atualmente se concentram nos estados de Amazonas e Roraima, sendo um número de 26.780 Yanomamis atualmente, dados do SEAI (Secretaria de saúde indígena)/DSEI (Distrito sanitário especial indígena), de 2019. Outro país que também concentra a etnia é a Venezuela, com sua população em torno de 11.341, dados do INE (Instituto nacional de estatística - no espanhol).

Possuem um território aproximadamente de 192.000 km² de extensão situados na Fronteira Brasil-Venezuela, onde a extensão de terras indígenas Yanomami é de 9.664.975 hectares (96.650 km²).



Yanomamis com desnutrição grave.
Fonte: Jornal virtual, Valor econômico

os interesses econômicos e políticos de uma classe que há anos explora o sistema político brasileiro. Mediante as situações apresentadas, é visível que as sementes que foram plantadas germinaram e ainda são sombras vigilantes que ameaçam a vida dos povos originários. Portanto é estritamente necessário que as instituições estudem as políticas executadas e como foram articuladas, suas reais intenções e como prosseguir frente aos escombros deixados.

A polêmica das vacinas da Covid-19

Eliana Duarte da Rocha

Durante o contexto pandêmico da Epidemia do Covid-19 nosso país enfrentou uma crise sanitária que colocou em risco a saúde da população brasileira. Foram dois anos de isolamento social em que estivemos em meio ao caos com altos índices de infecção, casos graves que geraram muitos óbitos, agravados pelo desmonte de políticas de saúde para a nossa população.

O Sistema Único de Saúde (SUS) acabou ficando sobrecarregado pela superlotação nos hospitais. Com o agravamento da doença ocorreram falta de medicação, de assistência aos profissionais de saúde e de investimento na compra das vacinas. Quanto à lógica neoliberal, ao deparar-se com fenômeno drástico como a pandemia ficou evidentes a fragilidade no modelo de saúde regulado pelo mercado. Em meio ao caos do covid-19, alguns países fizeram grandes investimentos em saúde pública, investiram na ciência e inovação tecnológica, porém, em nosso país, no contexto de precarização do SUS, houve aumento de contágios e mortes, o governo brasileiro executou cerca de menos de 40% do orçamento no combate à pandemia.

No mesmo ano, as vacinas receberam autorização para uso emergencial em países europeus e nos Estados Unidos, enquanto no Brasil, no dia 17 de janeiro de 2021 recebemos as duas primeiras doses de vacinas autorizadas pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). No entanto, no Brasil, assistimos a uma série de controvérsias sobre saúde em torno do uso da vacina, e inclusive no ano de 2020, o ex presidente Bolsonaro em seu primeiro pronunciamento caracterizou como uma simples “gripezinha” mencionando que os efeitos seriam preocupantes para a população idosa, em situação de doença crônica e comorbidades, portanto no primeiro momento não havendo necessidade de fecharem as escolas e o comércio, segundo ele, a população adquiriria “imunidade do rebanho”. (EDLER, Daniel ROLLO, Pedro, 2022)

De acordo com os autores Daniel Edler e Pedro Rollo Beneti o principal argumento de controvérsia de Bolsonaro foi sobre a eficácia do distanciamento social que teria consequências se permanecesse a longo prazo. Segundo o presidente Bolsonaro, ao seguir os protocolos da OMS (Organização Mundial da Saúde), alguns prefeitos e governadores estariam aderindo a histeria e assim, prejudicando a economia, o que ocasionaria uma crise social nos meses seguintes.

O Governo Federal no início do coronavírus, criou as seguintes estratégias, de certo modo defendeu o isolamento vertical, o que permitia o funcionamento de grande parte dos serviços e setor produtivo; os indivíduos que contraíram a doença seriam tratados com a combinação da hidroxicloroquina e azitromicina, embora não tivessem eficácia comprovada no momento seria a solução disponível e com baixos custos, o que permitiria sua aplicação em grande escala. (DUARTE, Daniel BENETTI, Pedro, 2022).

Uma das principais medidas adotadas pelo Governo Federal em destaque foi a Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020, esta medida modificou vários critérios no setor trabalhista, permitiu a antecipação de férias individuais e coletivas, nos feriados no recolhimento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) estas foram algumas medidas no período de isolamento social orientados pela OMS com propósito de reduzir a circulação do vírus no país, na tentativa do alívio financeiro para as empresas, O Comitê Gestor do Simples Nacional homologou também a Resolução sob o nº 154 de 03 de abril de 2020, facilitando a prorrogação do pagamento dos tributos federais. (SCHREIBER et al, 2021).

O pelo Governo Federal lançou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, por meio da Medida Provisória de nº 936 no dia 1 de abril de 2020, convertido sob a lei de nº 14.020 em 6 de julho de 2020, essa lei determinou a possível suspensão ou redução da jornada do contrato de trabalho com auxílio financeiro aos colaboradores, com o objetivo de reduzir os impactos sociais perante o momento de calamidade pública. Já no caso da redução de jornada de trabalho, também permitida pela Lei nº 14.020/2020, o governo subsidiou uma parte do salário, calculada de acordo com os rendimentos anteriores e utilizando como base a forma atual do cálculo do seguro desemprego, por ser redução de jornada de trabalho, o empregador custearia a outra parte do salário. As reduções permitidas seriam de 25%, 50% e 75%. Por exemplo, o funcionário tem sua carga horária reduzida em 50%, supondo que ele trabalhe oito horas por dia, passa a trabalhar quatro horas diárias, as quais serão custeadas pela empresa, o governo federal pagará para esse funcionário um valor para complementar sua renda, que será equivalente a 50% do valor do seguro desemprego a que ele teria direito, já que a base de cálculo utilizada para o cálculo é a mesma do atual seguro desemprego. (SCHREIBER et al, 2021)

Por um lado tivemos o discurso negacionista anti “vacinas no braço”;por outro lado as políticas eficazes que garantam o acesso a essas vacinas precisavam de acompanhamento no combate às iniquidades de saúde em suas variadas formas e com alerta dos biomédicos cientistas de que as vacinas tomadas isoladamente não dariam fim à pandemia, precisávamos manter os cuidados básicos e eficazes tais como, o uso contínuo de máscaras, higienizar continuamente as mãos com álcool gel e procurar manter o distanciamento social após estarmos vacinados por um período de tempo.

O pesquisador da Fiocruz Bahia, Manoel Barral Netto avaliou em seu trabalho a efetividade dos imunizantes em 75.915.840 pessoas vacinadas em nosso país entre os dias 18 de janeiro a 24 de julho de 2021, os resultados mostraram que ambas as vacinas são eficazes na proteção contra infecção, hospitalização e óbitos, levando em conta o esquema vacinal completo(duas doses) Astrazeneca/Fiocruz com 50% de proteção e Corona Vac com 75% ,essa pesquisa mostraram que o uso das duas vacinas ofereceram proteção contra os casos moderados e graves de Covid-19 em meio ao período de preocupação da circulação de variantes em nosso país.

Quanto à efetividade em acordo com a faixa etária , as vacinas oferecem diferentes níveis de proteção, o esquema vacinal completo da vacina AstraZeneca/Fiocruz induziu um índice de efetividade em cerca de 90% gerando diferentes resultados até os 89 anos de idade, acima dos 90 anos completos foi observado uma redução nos níveis de proteção com a eficácia contra óbito de 65,4%.No caso da vacina Corona Vac, foi comprovado que após os 60 anos pode ter tendência de queda na efetividade geral em cerca de 75%, evidenciada década de vida analisadas, sendo a diminuição considerada mais sensível em grupos acima dos 80 anos ocasionando impactos maior na população acima de 95 anos , a efetividade contra óbito cairia para 33,6%.

Por fim, ressaltando que houve rivalidade política durante a mediação das vacinas contra o covid-19 , foram propagados discursos absurdos de que as vacinas de RNA Mensageiro- esse tipo de vacina funciona da seguinte forma, a vacina codifica um antígeno específico daquela doença;e quando esse RNA Mensageiro é inserido no nosso organismo, as células usam a informação genética para introduzir esse antígeno, e esse antígeno então se espalha pela superfície das células e é reconhecido pelo sistema imunológico , que entende que aquela proteína não faz parte do organismo e passa a introduzir anticorpos para combater as doenças . Assim houve ausência de políticas públicas eficazes contra o avanço da pandemia em nosso país , o discurso de negacionismo científico contribuiu significativamente para agravamento da pandemia e em relação à resistência ao uso das vacinas.

Referências Bibliográficas:

CASTRO, Rosana **Vacinas contra a Covid-19: o fim da pandemia?** Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310100>. Acesso em: 09 de junho de 2023.

WELISON MATHEUS, Da Silva Fontes JEFFERSON LEE, De Souza Ruiz. **A centralidade do SUS na pandemia do coronavírus e as disputas com o projeto neoliberal.** Acesso em :09 de junho de 2023.

Agência Fio Cruz de Notícias. **Covid-19: Estudo analisa influência da faixa etária na efetividade das vacinas.** Publicado em 27/08/2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-estudo-analisa-influencia-da-faixa-etaria-na-efetividade-de-vacinas>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

DUARTE, Daniel Edler BENETTI, Pedro Rolo. **Pela Ciência contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia.** Sociologias, Porto Alegre, ano 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807337-120336>. Acesso em: 09 de junho de 2023

SCHREIBER, Dusan MORAES, Margareth Aparecida, STASIAK, Lígia **O impacto da crise pelo Covid-19 nas micro e pequenas empresas.** Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior Vianna Sapiens.V.12.N.1.Jan-Jun 2021. Disponível em: <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/707/379>. Acesso em: 09 de junho de 2023

Impactos das Guerras Ideológicas na Educação

Fernanda Santana e Bianca Duarte

Falando resumidamente, as guerras ideológicas acontecem quando a sociedade se divide em blocos concretos de “pensamentos diferentes”, o que seria comum, se não fosse a violência e a imposição de um lado a outro, praticamente o que tem acontecido no Brasil e que vinha se fortalecendo durante os últimos 4 anos.

Entendemos ideologia enquanto um conceito, conforme as palavras de Joelza Domingues. Segundo a autora: “Um conceito de ideologia explicado de modo mais sucinto é o ideário, isto é, o conjunto de ideias, pensamentos, visões de mundo, doutrinas ou princípios que orientam as ações sociais e políticas de um indivíduo ou de um grupo. Ela pode servir de instrumento de dominação que age por meio de convencimento (portanto, sem uso da força física) utilizando recursos emocionais ou simbólicos para induzir alguém a aceitar uma ideia, uma teoria, uma crença e/ou agir de determinada maneira. A ideologia está presente na política, na religião, na prática social e na cultura de uma sociedade.” (2018).

Dentre outros fatores, o que vem se destacando é a polarização ideológica na educação e nas estruturas culturais brasileiras, em diversas regiões do país. Dessa maneira, fatos como estes vem nos direcionando a caminhos de alta intensificação e propagação de discursos de ódio e atos violentos. Sobre tal ótica, essas guerras ideológicas apresentam-se com o acirramento de ideias, disputas de narrativas, dividindo a sociedade com motivações morais e direcionando as opiniões das pessoas a pólos extremos.

Em consequência disso, a política de intencional desmonte da educação no então Ministério da Educação (MEC) nos últimos quatro anos, foi agravada por uma série de cortes orçamentários, inviabilizando o desenvolvimento da Educação Básica e limitando o acesso ao ensino superior. Paralelo a isso, há também o projeto do “Novo” Ensino Médio, criado em 2016, que enfatiza o tecnicismo e aparenta possibilitar uma escolha ao estudante, o que na prática não ocorre porque as escolas, de modo geral, não conseguem oferecer todos os itinerários normativos.

Mas o que é o Novo Ensino Médio?

A Lei nº 13.415/2017 (Governo Temer) alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio, flexibilizando a grade curricular, com o foco voltado principalmente para as áreas de formação técnica e profissional, de acordo com o discurso oficial.

O Brasil, passa por problemas sérios, quando se fala em educação, alguns exemplos são a falta de professores, prédios precários com diversos problemas estruturais, assim sendo a pergunta que fica é; como em um país que a falta de professores para disciplinas essenciais é recorrente nas escolas vai conseguir continuar a tentativa de manter um ensino básico de disciplinas importantes para as próximas fases da vida do aluno?

Esses projetos têm sido financiados intencionalmente por grandes empresários e acatados pelos governantes, a fim de desqualificar o futuro do nosso país. Mas com qual finalidade este Novo Ensino foi implementado?

A problemática está em o projeto do novo ensino Médio estar aumentando a evasão de alunos, segundo gestores de escolas que já adotaram este sistema. (XXVI Jornada de Ensino de História e Educação/ Mesa-redonda realizada na XXVI Jornada de Ensino de História e Educação, UFPEL).

O principal objetivo da educação, que é criar pessoas capazes de desenvolver um pensamento crítico e dar sentido a coisas novas. Ela é fundamental também para , o aprendizado, formação e o combate a todas as formas de violência que vem assolando o nosso país, que no sistema colonial devastou culturas, memórias e identidades, e Para isso a educação de qualidade é essencial, para que a sociedade não reproduza esses atos no nosso presente, com os diversos discursos de ódio, xenofobia, intolerância e racismo.

Diante desses eventos, fica evidente que a educação e a cultura são espaços em que as guerras ideológicas estão presentes e foram financiadas nesses últimos anos. Os governantes devem exercer o seu papel em cumprir a Constituição, que menciona que todos os indivíduos têm direito à educação, sem distinção, caminhando junto com o respeito aos povos, a diversidade e a tolerância. Por fim, com investimento no ensino e práticas efetivas no combate a qualquer tipo de intolerância, esperamos que se possa construir um presente e futuro dignos.

Referências Bibliográficas:

Disponível em: [Escola sem partido: A educação brasileira no centro de uma guerra ideológica | Brasil | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#)

Acessado em: 29 de mar de 2023

Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132342.pdf> Acessado em: 29 de mar de 2023

Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/propaganda-ideologica-da-guerra-fria/> - Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues Acessado em: 10 julho de 2023

Disponível em: Álvaro, H., Anderson, Barreto., Carmem, Beatriz. lubke., (2023, março). O novo ensino médio e as lutas pela educação pública/ apresentação. In E. E. Moderador (Moderador), devolver alegria ao futuro: ensino de história, lutas sociais e direitos humanos. novo ensino médio e as lutas pela educação pública. XXVI Jornada de Ensino de História e Educação/ Mesa-redonda realizada na XXVI Jornada de Ensino de História e Educação. Universidade Federal De Pelotas, Pelotas. Acessado em: 31 de mar. De 2023.

Pandemia da Covid-19: a necropolítica e o descaso do Governo Federal brasileiro

Dulcinéia Esteves Santos

Ao analisar todo o processo pandêmico vivido pela sociedade brasileira, foi nítido o descaso programado da gestão de Jair Messias Bolsonaro, durante o período de 2019 a 2022. Isso porque, desde o início da Pandemia da Covid-19, essa foi negada como um problema, logo, os demais desafios se somaram ao ponto de atingir os números oficiais de mais de 704 mil vidas ceifadas, aponta o Painel Coronavírus, do Ministério da Saúde (2023).

No final de abril de 2020, circulou em vários jornais do país a frase do então Presidente da República, ao ser perguntado sobre o número de mortos; ele respondeu aos jornalistas: “Eu não sou coveiro, tá?”. Esta frase indignou muitos setores da população brasileira. Diante disso, o descaso ficou evidente, mas, ainda assim, muita gente o apoiava.

Neste sentido, outro fato emblemático foi o avanço de óbitos, vítimas da Covid-19 em Manaus - Amazônia (Figura 1). As imagens de registros aéreos de covas coletivas assustaram e emocionaram o país e o mundo.



Figura 1: Imagem de sepultamento em covas coletivas em cemitério de Manaus.

Fonte: Saiba porque Manaus entrou em rápido colapso com os casos de COVID-19 - Nacional - Estado de Minas

A necropolítica foi uma aliada e grande facilitadora do grande avanço do coronavírus, que elevou os números de mortes iniciou de maneira lenta, como apresenta a charge abaixo (Figura 2) faz referência ao descaso sobre o tema e o desrespeito aos sentimentos do povo brasileiro, no qual o então Presidente da República, Jair Bolsonaro, incentivava o não uso das medidas de segurança.

Enquanto o governo brasileiro zombava do sofrimento da população, Oliveira e colaboradoras (2021) publicaram dados de estudo realizado, que se baseou em História do Tempo Presente, em que

obtiveram 444 respondentes, vinculadas/os a 22 unidades acadêmicas da Universidade Federal de Pelotas, estudo realizado pelo grupo PET Diversidade e Tolerância, no primeiro ano da pandemia. A pesquisa objetivou a realizar coletas de informações, de forma voluntária via formulário, para entender o contexto e as sensações da comunidade acadêmica, naquele dramático momento mundial. “Constatou-se que 89% dos respondentes julgavam que as atitudes das autoridades, nas diferentes esferas, não eram as mais apropriadas”, possivelmente por este motivo 93% dos narradores enfatizaram a necessidade de não retornarem às aulas presenciais na Universidade. Naquele momento de tensão, discentes da UFPel demonstraram suas angústias na referida pesquisa.



Figura 2: Figura de uma pessoa possivelmente preocupada com o coronavírus, mas o próprio vírus a tranquiliza, afirmando ser apenas uma fantasia, situação em que muitas vezes foi realizada com muito deboche pelo ex-presidente.

Fonte: Pandemia - Miguel Paiva - Brasil 247

Nesse mesmo raciocínio, em relação à finança dos discentes, a maioria dos/as entrevistados/as necessitava da ajuda da família, do auxílio emergencial do Governo Federal, de bolsas de ensino e de extensão ou do trabalho informal. Para os discentes respondentes, a questão financeira é um dos motivos do aumento de transtornos mentais, inclusive de ansiedade, pois a falta de recursos leva à incerteza sobre a possibilidade de permanência, ou não, na cidade de Pelotas, e conclusão do curso de graduação (OLIVEIRA, 2021).

Nesse sentido, cientistas brasileiros já afirmam naquele momento: “Pouca atenção tem sido dada à avaliação do excesso de mortes em distintos contextos e ao longo do tempo, sobretudo nos países em desenvolvimento, cujos registros de eventos vitais não primam pela qualidade” (ORELLANA; et al, 2020).

E em relação à subnotificação dos dados de mortes pela Covid-19, em Nota Técnica do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS) (2020), este afirmou: “O elevado grau de subnotificação pode sugerir uma falsa ideia de controle da doença e, conseqüentemente, poderia levar ao declínio na implementação de ações de contenção, como o isolamento horizontal”; “Com taxas de notificação mais elevadas, será possível uma melhor avaliação da necessidade de recursos hospitalares, [...] as políticas de isolamento de infectados poderão ser mais efetivas, ao identificar locais de maior prevalência da epidemia”. Porém não foi bem isso que ocorreu, e as mortes, por muito tempo, seguiram aumentando.

Uma outra triste relação com a necropolítica de Bolsonaro foram os contextos em que a população negra brasileira se encontrou na pandemia. Silva (2022) levanta a questão que “o direito à saúde possui um caráter prestacional, [...] dever outorgado ao Estado brasileiro de criar e desenvolver serviços, programas e políticas públicas necessárias à promoção, proteção e recuperação da saúde por toda a população”. A relação entre o racismo e a saúde tem promovido vastas pesquisas no âmbito da saúde coletiva, porque o racismo estrutural de hierarquização impulsiona a situação de vulnerabilidade da população negra.

Ainda sobre os estudos de Silva (2022), a necessidade de isolamento social em tempos pandêmicos, para conter o avanço da doença, “evidenciou o racismo estrutural como fator determinante para a iniquidade do direito à saúde e como ponto de inflexão para formação de um perfil social e racial das vítimas do Coronavírus no Brasil”. Nessa análise, o autor explicita como a marginalização, como o baixo acesso a educação de qualidade; as más condições de trabalho, de renda e de alimentação, além da discriminação no acesso a recursos e serviços da saúde, influenciaram para formação do perfil sociorracial das vítimas da Covid-19 no Brasil. Escancarando aqui, parte da relação que a necropolítica foi um projeto de redução da população pobre e negra do Brasil.

Paralela a outra mazela social, a questão da fome, ainda em tempos de pandemia. Em matéria da Carta Capital, o Governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), apoiador pelo Bolsonaro, afirmou: “Vou até convidar, se vocês quiserem, para a gente ir lá ver qual é a qualidade desse ossinho.”; e seguiu: “Você compra no melhor mercado aqui de Cuiabá ou do Brasil aquele mesmo produto. A maioria dos açougues de Cuiabá vendem aquele produto, pega o osso, pega a costela, com pouca carne, [...] pica aquilo e vende.” Exemplos desse tipo, de políticos como o mencionado acima, mostra o nível de apoiadores do genocida, ou seja, inevitável não associar tudo isso a um projeto, bem elaborado, contra a população mais vulnerável deste país.

As charges abaixo (Figura 3; Figura 4) criticam o governo brasileiro, nos tempos de pandemias. Enquanto a população vivia angustiada pelo presente e pelo futuro, em esperas de vacinas, tínhamos um presidente que era o mais aliado do coronavírus.





Figura 3: A charge aponta que, enquanto cientistas do mundo inteiro trabalhavam arduamente para buscar soluções vacinais contra o coronavírus, só a população brasileira poderia fazer algo para se livrar do genocida Bolsonaro.

Fonte: Pandemias - Miguel Paiva - Brasil 247

Figura 4: Ao término do estado de emergência da pandemia da Covid-19, no Brasil ainda havia um grave problema a solucionar, o Presidente da República era contra a Saúde Pública no país.

Fonte: Pandemia política - Miguel Paiva - Brasil 247



Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, como diz o G1, a então Diretora da Anistia Internacional, médica Jurema Werneck, apresentou estudo sobre as 305 mil mortes que poderiam ter sido evitadas, se no Brasil tivesse havido uma política federal de enfrentamento aos desastres pandêmicos. Com isso, a médica cobrou responsabilização pelo número exorbitante de vidas ceifadas, até o momento: “Era obrigação, não era questão de opinião”; “O vírus procura oportunidade, mas a justiça, a desigualdade, iniquidades fizeram diferença.”, disse Werneck.

No relatório final apresentado pela CPI da Covid-19, o ex-presidente, Jair Bolsonaro (PL), foi acusado de ter cometido nove crimes, sendo eles: prevaricação; charlatanismo; epidemia com resultado morte; infração a medidas sanitárias preventivas; emprego irregular de verba pública; incitação ao crime; falsificação de documentos particulares; crime de responsabilidade e crimes contra a humanidade. Além disso, três dos seus filhos também foram acusados. O Deputado Federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) e o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos) foram acusados por incitação ao crime (artigo 286 do Código Penal).

Diante do exposto, nota-se que o mandato de Bolsonaro foi um grande aliado do coronavírus que, tristemente, ceifou milhares de vidas brasileiras. A nação ficou com a memória, a dor e o legado do quanto é revoltante ter um presidente que, absolutamente, trabalhou por interesses próprios e familiares, como foi o caso do último presidente do Brasil. Tempos passados com forte marca, que a população brasileira nunca seja tão desprezada de maneira brutalmente agressiva. Avante, Brasil!

Referências

BEHNKE, E. Bolsonaro sobre mortos por Covid-19: 'Não sou coveiro, tá?'. Terra, coronavírus. 20 de abril 2020. Disponível em: [Bolsonaro sobre mortos por covid-19: 'Não sou coveiro, tá?' \(terra.com.br\)](#) Acesso em: 30 de maio de 2023.

CESAR, C. 'Tchau, querido': inelegibilidade de Bolsonaro vira piada e motivo de festa nas redes. Carta Capital. 30 de junho 2023. Disponível em: ['Tchau, querido': inelegibilidade de Bolsonaro vira piada e motivo de festa nas redes - Política - CartaCapital](#) Acesso em: 08 de julho de 2023.

OLIVEIRA, Q. G. LANGHANZ, M. S.; GILL, L. A. Sinto falta de abraços": os impactos da pandemia de Covid-19 na vida cotidiana dos alunos e alunas da UFPel. História em Revista. vol 26 n. 1 (2020). Disponível em: ["SINTO FALTA DE ABRAÇOS": OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA COTIDIANA DOS ALUNOS E ALUNAS DA UFPEL | História em Revista](#) Acesso em: 07 de julho de 2023.

MATTOS, M.; BORGES, B.; REZENDE, S. 'Era obrigação, não era questão de opinião', diz pesquisadora à CPI sobre falta de estratégia nacional contra a Covid. g1, CPI DA COVID. 24 de junho de 2021. Disponível em: ['Era obrigação, não era questão de opinião', diz pesquisadora à CPI sobre falta de estratégia nacional contra a Covid | CPI da Covid | G1 \(globo.com\)](#) Acesso em: 06 de julho d 2023

MENDONÇA, Ana. Estado de Minas Nacional. Saiba porque Manaus entrou em rápido colapso com os casos de Covid-19. Disponível em: [Saiba porque Manaus entrou em rápido colapso com os casos de COVID-19 - Nacional - Estado de Minas](#) Acesso em: 30 de maio de 2023.

OHANA, V. Fila da fome em Cuiabá recebeu ossos de 'qualidade', diz governador de Mato Grosso. Carta Capital. 01 08 2022. Disponível em: [Fila da fome em Cuiabá recebeu ossos de 'qualidade', diz governador de Mato Grosso - Política - CartaCapital](#) Acesso em 08 de julho de 2023.

OLIVEIRA, Q. G. LANGHANZ, M. S.; GILL, L. A. Sinto falta de abraços": os impactos da pandemia de Covid-19 na vida cotidiana dos alunos e alunas da UFPel. História em Revista. vol 26 n. 1 (2020). Disponível em: ["SINTO FALTA DE ABRAÇOS": OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA COTIDIANA DOS ALUNOS E ALUNAS DA UFPEL | História em Revista](#) Acesso em: 07 de julho de 2023.

ORELLANA, J. D. et al. Excesso de mortos durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil. Cadernos de Saúde Pública. Cad. Saúde Pública 36 (1) 05 fev 2021. Disponível em: [SciELO - Saúde Pública - Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil \(scielosp.org\)](#) Acesso em 07 de julho de 2023.

PAINEL CORONAVÍRUS. Coronavírus/Brasil 09 de maio de 2023. Disponível em: [Coronavírus Brasil \(saude.gov.br\)](#) Acesso em: 30 de maio de 2023

PAIVA, Miguel. Pandemia. Brasil 247. 28 de março de 2020. [Pandemia - Miguel Paiva - Brasil 247](#) .Acesso em 06 de julho de 2023.

PAIVA, Miguel. Pandemias. Brasil 247. 28 de junho de 2020. Disponível em: [Pandemias - Miguel Paiva - Brasil 247](#) Acesso em 06 de julho de 2023.

PAIVA, Miguel. Pandemia Política. Brasil 247. 28 de abril de 2022. [Pandemia política - Miguel Paiva - Brasil 247](#) Acesso em 06 de julho de 2023.

PRADO, M. et al. Análise de subnotificação do número de casos confirmados da COVID-19 no Brasil. Núcleos de Operações e Inteligência em Saúde. Nota Técnica 7 - 11/04/2020. Disponível em: [NT7 Subnotificacao_notDia11-abr-2020.pdf \(supersuporte.com\)](#).

SILVA, F. K. R. O Racismo estrutural como determinante social do direito à saúde e seu impacto sobre o perfil sociorracial das vítimas da Covid-19 no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso. Ufersa, Mossoró/RN. 10.05.2022. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/8486> Acesso em: 08 de julho de 2023.

VIEIRA, Anderson. Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado. Senado notícias. 20 de outubro de 2021. Disponível em [Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado — Senado Notícias](#) Acesso em 03 de julho de 2023.